

ÍNDICE – CADERNO 2

1. Enquadramento no âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	5
2. Análise do Risco e Vulnerabilidade aos Incêndios	8
2.1. Modelo de Combustíveis Florestais	8
2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal	10
2.2.1. Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal	11
2.2.2. Carta de Risco de Incêndio Florestal	13
2.3. Carta de Prioridade de Defesa	15
3. Objectivos e metas do PMDFCI	15
3.1. Identificação da tipologia do concelho de Ansião	15
3.2. Objectivos e metas do PMDFCI	16
4. Eixos Estratégicos	17
4.1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	17
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	18
4.1.1.1. Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível	18
4.1.1.2. Rede viária florestal	23
4.1.1.3. Rede de pontos de água	28
4.1.1.4. Silvicultura no âmbito da DFCI	31
4.1.2. Planeamento das acções referentes ao 1.º eixo estratégico	32
4.1.2.1. Construção e manutenção de faixas de gestão de combustível	32
4.1.2.2. Construção e manutenção da rede viária florestal	38
4.1.2.3. Construção e manutenção da rede de pontos de água	42
4.1.2.4. Metas e indicadores	44
4.1.2.5. Orçamento e responsáveis	45
4.2. Redução da incidência dos incêndios	47
4.2.1. Avaliação	
4.2.1.1. Comportamento de risco	48
4.2.1.2. Fiscalização	48
4.2.2. Planeamento das acções	51
4.2.2.1. Sensibilização	51
4.2.2.2. Fiscalização	51

4.2.2.3. Metas e indicadores	52
4.2.2.4. Orçamento e responsáveis	54
4.3. Melhoria na eficácia de ataque e de gestão dos incêndios	58
4.3.1. Avaliação	58
4.3.1.1. Vigilância e detecção	60
4.3.1.2. 1.ª Intervenção	62
4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós incêndio	64
4.3.2. Planeamento das acções referentes ao 3.º eixo estratégico	65
4.3.2.1. Metas e indicadores	65
4.3.2.2. Orçamento e responsáveis	
4.4. Recuperar e reabilitar ecossistemas	68
4.4.1. Avaliação	68
4.4.1.1. Estabilização de emergência	70
4.4.1.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	71
4.5. Adoptar uma estrutura orgânica funcional e eficaz	72
4.5.1. Competências das entidades do SDFCI	73
4.5.1.1. Formação	74
4.5.2. Planeamento das acções	74
4.5.2.1. Entidades responsáveis pelas acções	74
4.5.2.2. Formação	75
4.5.2.3. Reuniões da CMDFCI	75
4.5.2.4. Aprovação do Plano Operacional Municipal e do PMDFCI	76
5. Estimativa de orçamento de implementação do PMDFCI	76

ÍNDICE DE FIGURAS – CADERNO 2

Figura 1 – Componentes do modelo de risco	13
Figura 2 – Critérios de intervenção na recuperação das áreas ardidas	69

ÍNDICE DE QUADROS – CADERNO 2

Quadro n.º 1 – Distribuição da área do concelho por classes de perigosidade	12
Quadro n.º 2 – Distribuição da área do concelho por classes de risco de incêndio	14
Quadro n.º 3 – Objectivos e metas definidos para o concelho	16
Quadro n.º 4 – Objectivos e acções para o aumento da resiliência do território	18
Quadro n.º 5 – Distribuição por freguesia da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de combustível	20
Quadro n.º 6 – Classificação da rede viária do concelho de Ansião	23
Quadro n.º 7 – Densidade da rede viária por freguesia	24
Quadro n.º 8 – Distribuição da rede viária por freguesia	25
Quadro n.º 9 – Distribuição dos pontos de água por freguesia	29
Quadro n.º 10 – Intervenções na rede secundária de faixas de gestão de combustível por freguesia	35
Quadro n.º 11 – Intervenções (manutenção) da rede viária por freguesia	39
Quadro n.º 12 – Intervenções (manutenção) da rede de pontos de água por freguesia	43
Quadro n.º 13 – Metas e indicadores	44
Quadro n.º 14 – Orçamento e entidades responsáveis	46
Quadro n.º 15 – Objectivos e acções para a redução da incidência dos incêndios	47
Quadro n.º 16 – Comportamentos de risco em 2013	49
Quadro n.º 17 – Fiscalização e processos de contra-ordenação e, 2013	50
Quadro n.º 18 – Sensibilização da população e diagnóstico	51
Quadro n.º 19 – Metas e indicadores – sensibilização da população	55
Quadro n.º 20 – Metas e indicadores – Fiscalização	56
Quadro n.º 21 – Orçamento e responsáveis – Sensibilização da população	57
Quadro n.º 22 – Objectivos e acções para a melhoria e eficácia do ataque e gestão dos incêndios	58
Quadro n.º 23 – Postos de vigia	61
Quadro n.º 24 – Índice entre o n.º de incêndios e equipas de vigilância e detecção	61
Quadro n.º 25 – Equipas de sapadores afectos a vigilância móvel	62
Quadro n.º 26 – Índice entre o n.º de incêndios e equipas de 1.ª intervenção	63
Quadro n.º 27 – Número de reacendimentos por ano, desde 2002	64
Quadro n.º 28 – Metas e indicadores para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios	66
Quadro n.º 29 – Estimativa de orçamento para melhoria e eficácia do ataque e gestão dos incêndios	67
Quadro n.º 30 – Objectivos e acções para a adopção de uma estrutura orgânica e funcional	72

Quadro n.º 31 – Formação por entidade	74
Quadro n.º 32 – Entidades responsáveis pelas acções previstas nos eixos do PMDFCI	74
Quadro n.º 33 – Programa de formação e estimativa orçamental	75
Quadro n.º 34 – Cronograma de reuniões anuais da CMDFCI	75
Quadro n.º 35 – Estimativa orçamental para a execução do PMDFCI	76

ÍNDICE DE GRÁFICOS – CADERNO 2

Gráfico n.º 1 – Distribuição das áreas do concelho por grupos de modelos de combustíveis	9
Gráfico n.º 2 – Distribuição das áreas do concelho por classes de perigosidade	12
Gráfico n.º 3 – Distribuição das áreas do concelho por classes de risco de incêndio	14
Gráfico n.º 4 – Distribuição do tipo de pontos de água por freguesia	31
Gráfico n.º 5 – Valor médio do tempo de chegada da 1.ª intervenção, por freguesia	64

1. ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A integração e compatibilização dos objectivos dos diferentes tipos de planos e a sua aplicação nas políticas económicas, sociais e ambientais são extremamente relevantes para a garantia da complementaridade das diferentes opções de modo a fomentar um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território a todos os níveis (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte, 2005). Deste modo, ao efectuar o PMDFCI, surge a necessidade de definir quais as relações entre os diferentes instrumentos de planeamento no âmbito nacional, regional e municipal.

No caso do sector florestal o planeamento em vigor é genericamente estabelecido pela Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º33/96, de 17 de Agosto) e integra os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, de âmbito regional. Face às proporções dos incêndios florestais, surge com objectivos específicos o PNDFCI.

O PMDFC tem um carácter obrigatório, conforme indicado no número 5, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, seguindo a estrutura - tipo definida na Portaria n.º 1185/2004, de 15 de Setembro. Este plano de âmbito municipal segue as orientações estratégicas definidas a nível nacional, como é o caso do PNDFCI e também segue as orientações definidas a nível regional, através do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte. Surge ainda o enquadramento em planos sectoriais, pois o concelho apresenta uma importante área inserida na Rede Natura 2000. O Plano Director Municipal (PDM) entra também em articulação com os restantes planos, definindo usos e espaços. Os planos de gestão florestal (PGF), constituem instrumentos básicos de ordenamento florestal das explorações.

De seguida será efectuada uma breve caracterização das orientações de gestão para o concelho, relativamente ao seu enquadramento no PROFPIN, Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e PDM.

A proposta do PROFPIN, insere o Concelho de Ansião, na sua maioria, na Sub-região Sicó e Alvaiázere. Apenas uma pequena faixa na freguesia do Avelar e que é limite do concelho, está inserida na Sub-região Floresta da Beira Serra.

Segundo a proposta do plano, os espaços florestais da Sub-região homogénea Sicó e Alvaiázere apresentam um grande potencial para o desenvolvimento da silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores, assim como para actividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem. No entanto devido às características dos solos calcários sujeitos a um grande risco de erosão, são necessárias medidas de protecção do solo e da água. Com base nestas potencialidades e condicionantes foram definidas as funções para esta Sub-região:

1ª Função: Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores;

2ª Função: Protecção;

3ª Função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem.

Neste plano define-se quais são as espécies de árvores florestais e os correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região, nomeadamente o carvalho alvarinho, em povoamentos puros, para produção de lenho, numa faixa Norte/Sul entre Ansião e Cortiça; o carvalho cerquinho, em povoamentos puros, para produção de fruto e de lenho, em toda a sub-região, menos na faixa do Avelar, limite com concelhos vizinhos; o sobreiro, em povoamentos puros de sobreiro, para produção de cortiça e lenho como produto secundário e em povoamentos mistos de sobreiro e pinheiro-bravo, para produção de lenho do pinheiro-bravo e de cortiça do sobreiro, excepto a sul da sub-região, entre Maças e Cortiça e a azinheira em povoamentos puros de azinheira em alto fuste, para produção de fruto e de lenho, a sul da sub-região, entre Maças e Cortiça. No caso do Concelho de Ansião foram propostas e identificadas como freguesias prioritárias para instalação da ZIF, Lagarteira, Chão de Couce e Pousaflores.

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000, refere que os principais factores de ameaça são aspectos relacionados com a construção urbana e industrial, a construção de infra-estruturas, o corte do carvalho cerquinho para lenha, a extracção de inertes, os incêndios, o corte de vegetação ribeirinha, a poluição dos cursos de água, a florestações com espécies alóctones, a pressão turística e a perturbação das grutas.

Das orientações de gestão para este Sítio são de destacar as que visam a conservação dos carvalhais e azinhais sendo que um acompanhamento técnico das acções de ordenamento e gestão florestal se torna fundamental. Para a restante vegetação associada ao substrato calcário, habitats rupícolas, assim como os prados calcícolas, bem como a flora calcícola e rupícola, realça-se a necessidade de manter e promover o pastoreio extensivo adequando o maneio às necessidades de conservação dos valores em presença, nos quais se incluem as diferentes espécies de morcegos que aqui ocorrem.

Destacam-se igualmente as orientações de gestão para a conservação das espécies piscícolas com especial relevo para a lampreia-de-riacho e habitats associados, promovendo a preservação das suas áreas vitais, bem como a recuperação da galeria ripícola em zonas anteriormente ocupadas pela espécie.

A conservação das linhas de água deverá passar pelo condicionamento de intervenções nos seus leitos e margens e pela manutenção de uma boa qualidade da água, nomeadamente condicionando o uso de agro-químicos na agricultura.

Verificando-se que as áreas de grande importância para a conservação dos valores que motivaram a classificação deste Sítio constituem áreas solicitadas para a instalação de diversos tipos de infra-estruturas, nomeadamente, parques eólicos, antenas de telecomunicações e linhas de transporte de energia ou ainda construção e ou alargamento de infra-estruturas viárias, sublinha-se a necessidade de compatibilizar a sua instalação com a manutenção dos valores envolvidos.

De forma a garantir a conservação dos valores relevantes deste Sítio importa ainda, assegurar o mosaico de habitats, ordenar a actividade de extracção de inertes, sendo ainda de grande importância fomentar medidas

no sentido de incrementar a sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação da natureza.

Relativamente ao PDM podemos dizer que actualmente é o elemento mais relevante para caracterização da política urbanística seguida pelo Município, através da Planta de Ordenamento e Condicionantes que, sumariamente, representa o modelo de estrutura espacial do território de acordo com a classificação e a qualificação dos solos bem como as unidades operativas de planeamento e gestão definidas. O PDM em vigor, foi aprovado por resolução do Conselho de Ministros n.º 81/96 publicado no Diário da República, 1ª série n.º 149/96 de 29 de Junho.

A classificação do solo no PDM de Ansião foi desenvolvida de acordo com uma estrutura e zonamento que contempla os espaços culturais, espaços agrícolas, espaços florestais, espaços urbanos consolidados, espaços urbanos a consolidar, espaços industriais, espaços-canais, espaços de equipamentos, espaços naturais, espaços verdes e espaços de indústria extractiva.

O PDM de Ansião encontra-se actualmente em processo de revisão.

2. ANÁLISE DO RISCO E DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS

A ocupação do solo no concelho de Ansião, tornou-se complexa e difícil devido ao abandono dos sistemas agro-florestais, o que provocou o avanço dos mosaicos de incultos e consequentemente o aumento dos incêndios.

Esta alteração estrutural, terá resultado, essencialmente, numa desactivação dos antigos sistemas agro-florestais, que perderam a sua viabilidade económica, face às transformações socioeconómicas entretanto verificadas.

Sobretudo nas zonas mais pedregosas e de elevados declives, criaram-se vastas extensões contínuas dominadas por cargas combustíveis muito elevadas. A este tipo de situações passou a corresponder um elevado perigo de incêndio, condição necessária para o início do ciclo de incêndios.

Como consequência os incêndios passaram a atingir proporções dramáticas, impensáveis em anos anteriores, as quais conduziram a elevadíssimas perdas económicas, sociais e ambientais.

A tendência expansiva do ciclo de incêndios no concelho de Ansião, bem como a enorme importância dos recursos florestais do concelho, tornam a problemática dos incêndios florestais como o principal problema do mundo rural local, cuja não resolução inviabilizará qualquer projecto de desenvolvimento rural integrado. De seguida apresenta-se a carta de combustíveis florestais, a carta de perigosidade, a carta de risco de incêndio e a carta de prioridades de defesa e efectua-se uma breve descrição da metodologia utilizada.

2.1. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

Para a caracterização e cartografia dos modelos de combustível, foi utilizada a tipologia de combustíveis criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL), e com base nesta tipologia procedeu-se a uma classificação feita no terreno, de cada uma das manchas homogéneas de ocupação de solo, correspondendo essa caracterização a um dos campos da base de dados georeferenciada.

No caso de manchas que não apresentavam homogeneidade quanto ao modelo de combustível fez-se a sua caracterização através da atribuição de dois modelos de combustíveis, sendo representado em primeiro lugar o modelo dominante e portanto o que caracteriza a mancha.

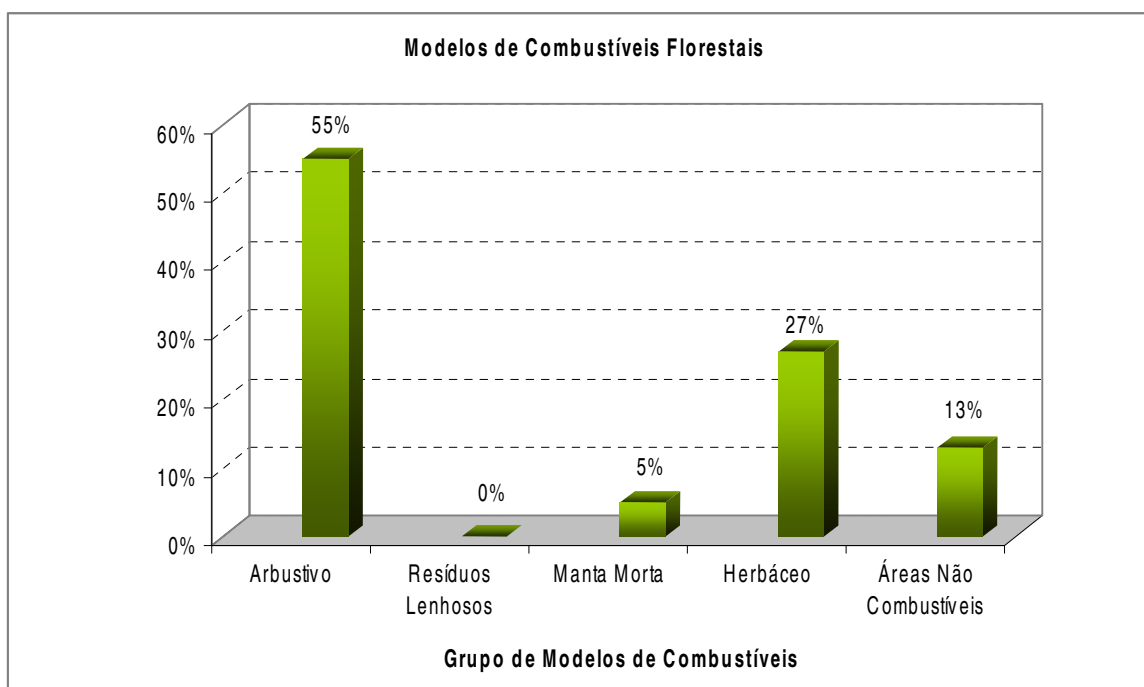
A atribuição de um modelo existente na tipologia utilizada, a uma determinada mancha de vegetação, implicou a introdução de um novo modelo na caracterização efectuada. Para além dos modelos propostos, considerou-se o Modelo 0, que corresponde em termos de caracterização a áreas não combustíveis. Tratam-se de manchas onde não existe carga combustível suficiente para se poder verificar a propagação dum incêndio florestal.

As áreas não combustíveis deverão ser avaliadas não com um carácter fixo, mas sim de acordo com uma perspectiva dinâmica, já que uma área ardida, que actualmente é caracterizada com um modelo com baixa perigosidade tem tendência em pouco tempo a evoluir para uma área de matos e consequentemente uma área com elevada carga de combustíveis.

Considerou-se como áreas não combustíveis, a que corresponde o modelo 0, as seguintes situações:

- Áreas sociais;
- Áreas agrícolas em que o solo é mobilizado anualmente;
- Áreas florestais onde recentemente foi efectuada uma mobilização de solo muito intensa, prevendo-se que nos próximos quatro anos não possa existir uma elevada carga combustível favorável à propagação de incêndios;
- Águas e cursos de água;
- Áreas ardidas recentemente.

Gráfico 1 - Distribuição da área do concelho por grupos de modelos de combustíveis



Ao nível do concelho nota-se um claro domínio do grupo arbustivo com 55%, seguindo-se com uma área significativa, 27%, o grupo da vegetação herbácea. O grupo de áreas não combustíveis tem uma expressão reduzida, representando cerca de 13% da área do concelho.

O grupo arbustivo domina claramente em todas as freguesias, apenas na freguesia de Chão de Couce, se

verifica uma aproximação da área de ocupação do grupo da vegetação herbácea.

A folhada, pouco frequente, assume maior importância na freguesia do Avelar e Pousaflores associada à forte presença do eucalipto.

O grupo não combustível manifesta uma distribuição regular entre as freguesias acompanhando aproximadamente a distribuição geográfica da área social.

Relativamente à área ocupada com o modelo 4, que implica uma maior perigosidade de incêndio florestal, podemos concluir que a percentagem de cobertura não é muito significativa. No entanto ao analisar a área que representa o modelo 4, 7 e 6, aproximadamente 40%, concluímos que o concelho apresenta uma carga de combustível com elevada perigosidade.

Em conclusão podemos afirmar que em termos de representatividade geográfica dos modelos de combustíveis, o concelho apresenta actualmente valores elevados de perigosidade, no entanto a área florestal do concelho caracteriza-se por apresentar uma elevada área de ocupação de carvalho cerquinho, em prejuízo do pinheiro e eucalipto, e atendendo à menor combustibilidade do carvalho, será de prever que estes valores de perigosidade sejam atenuados. A carta dos modelos de combustíveis é apresentada no anexo 1 do caderno 2.

2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

O risco de incêndio varia de acordo com as características biofísicas do território, como o declive, a exposição das encostas e a ocupação do solo. O declive dificulta a mobilidade de viaturas e pessoas e aumenta a velocidade de progressão do fogo. A exposição está relacionada com o grau de insolação e consequentemente com o teor de humidade do combustível e a sua inflamabilidade. Os modelos de combustível afectam a dificuldade de extinção devido à diminuição das condições de trabalho dos meios envolvidos no combate ao fogo e também devido à carga combustível que influencia a intensidade potencial da combustão.

A elaboração da cartografia de risco é extremamente importante pois a informação produzida é utilizada para definir o planeamento das acções que se pretendem implementar no terreno. Serão contempladas acções específicas para as áreas que apresentem uma maior perigosidade e consequentemente um maior risco de incêndio.

A cartografia do risco (mapa de perigosidade e mapa de risco) apresentada, foi efectuada utilizando a metodologia adoptada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Guia Técnico para a Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e foi obtida através da sobreposição de diversas cartas temáticas englobadas no modelo cartográfico e analítico, sendo estas trabalhadas em

função do seu contributo para o perigo potencial de incêndio.

2.2.1. CARTA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

De acordo com a metodologia descrita pela Autoridade Florestal Nacional, a perigosidade de um território depende de dois factores fundamentais, a probabilidade e a susceptibilidade.

A probabilidade refere-se ao facto de uma determinada área poder vir a ser afectada no futuro por ocorrências de incêndios, sendo que para o seu cálculo assume-se a repetição futura do histórico dos incêndios.

Quanto à susceptibilidade utilizou-se a carta de modelos de combustíveis em detrimento da carta de ocupação do solo, o que para o concelho, nos parece uma mais valia, pois existem áreas agrícolas muito mais susceptíveis do que algumas áreas florestais, devido à carga de combustíveis que apresentam, encontrando-se muitas em processo de abandono. Neste caso considerou-se que uma avaliação mais objectiva da perigosidade de incêndio florestal será efectuar a sua classificação em termos de modelos de combustíveis, independentemente das espécies de ocupação do solo presentes. Relativamente às variáveis orográficas foram utilizados os valores referentes aos declives e exposições.

A variável declive relaciona-se claramente com a susceptibilidade por duas razões fundamentais: os declives elevados dificultam a mobilidade de veículos e pessoas e em igualdade de outras condições, o aumento do declive aumenta a velocidade de propagação do fogo. A exposição está relacionada com o grau de insolação e consequentemente com o teor de humidade do combustível e sua inflamabilidade.

Finalmente os modelos de combustível afectam a susceptibilidade pois a sua própria definição relaciona-se com a quantidade e distribuição espacial da carga combustível e também afectam significativamente as condições de trabalho dos meios envolvidos no combate.

Ao efectuar a carta de perigosidade calculou-se, numa primeira fase, a probabilidade de ocorrência de um fenómeno num determinado local e em determinadas condições, sendo utilizada a cartografia das áreas ardidas para o concelho. A probabilidade determinou-se pela seguinte fórmula: $f * 100 / \Omega$, em que f é o número de ocorrências e Ω o número de anos da série. Reclassificou-se o *raster* de probabilidade de modo a que as áreas que arderam apenas uma vez fossem igualadas às que nunca arderam, isto para isolar fenómenos sem recorrência que poderão ter sido fortuitos.

De seguida, calculou-se a susceptibilidade utilizando a informação base referida anteriormente, declives,

exposições e modelos de combustíveis. Reclassificou-se a carta de declives, exposições e modelos de combustíveis em cinco classes.

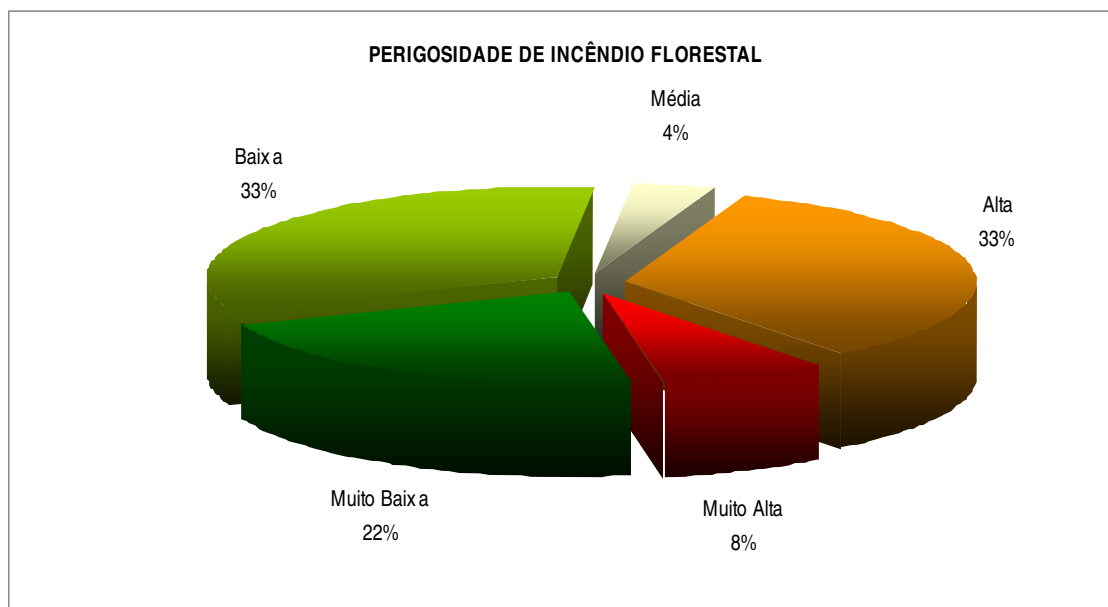
O mapa de perigosidade foi obtido pela multiplicação do *raster* probabilidade pelo *raster* de susceptibilidade, reclassificando-se esse mapa segundo o método *quantis* com 5 classes (Muito Baixa, Baixa, Média, Alta e Muito Alta).

De seguida apresenta-se a área do concelho distribuída pelas diferentes classes de perigosidade de incêndio.

Quadro 1 – Distribuição da área do concelho por classes de perigosidade

CLASSES DE PERIGOSIDADE	ÁREA (HA)	PERCENTAGEM
Muito Baixa	696,88	21,9
Baixa	1036,01	32,5
Media	122,17	3,8
Alta	1083,75	34,0
Muito Alta	246,90	7,8

Gráfico 2 - Distribuição da área do concelho por classes de perigosidade



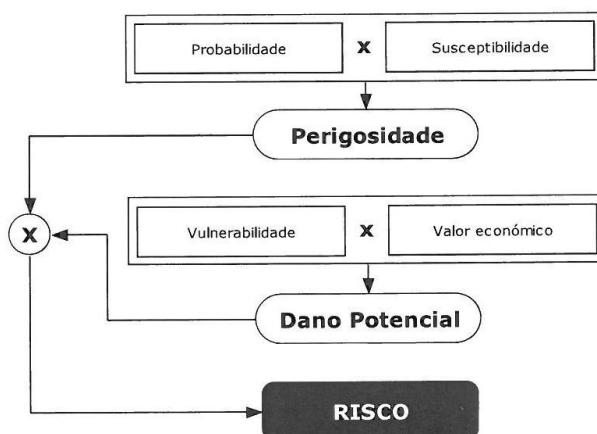
O gráfico anterior mostra a distribuição da perigosidade de incêndio, com predomínio das classes Alta, Baixa e Muito Baixa.

Em termos globais, a perigosidade de incêndio verificada no concelho de Ansião resulta essencialmente de modelos de combustíveis perigosos, pois os declives, não sendo muito acentuados, não contribuem significativamente para potenciar a influência destes modelos. A carta de perigosidade de incêndio é apresentada no anexo 2 do caderno 2.

2.2.2. CARTA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

A carta de risco combina as componentes da carta de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, a carta de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado – ver figura n.º 1.

Figura n.º 1 – Componentes do modelo de risco



Fonte: Componentes do modelo de risco - Fonte: AFN, 2012.

A informação obtida pela análise desta carta é particularmente indicada para acções de prevenção quando lida em conjunto com a carta de perigosidade, e para planeamento de acções de supressão.

Como referido anteriormente a carta de risco de incêndio florestal é o produto da perigosidade pelo dano potencial. O dano potencial de um elemento é o produto do seu valor económico, ecológico e paisagístico pela vulnerabilidade que lhe é intrínseca.

A vulnerabilidade expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito. Elemento em risco é uma designação genérica para populações, bens, actividades económicas, expostos à perigosidade e, deste modo, em risco. A vulnerabilidade desses elementos designa a sua capacidade de resistência ao fenómeno e de recuperação após o mesmo. Para cálculo da vulnerabilidade foram utilizados os valores referidos no Guia Técnico da ex-Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

O valor económico dos elementos em risco, permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda de performance por exposição a um

fenómeno danoso. A quantificação dos bens indirectos, obrigaria, não só, à quantificação material do bem, mas também ao conhecimento do seu “preço”, tarefa bastante difícil e impossível de realizar no âmbito deste estudo. Desta forma a quantificação económica das áreas em estudo foi efectuada tendo por base os bens florestais para os quais dispomos de informação como sejam a madeira, resina, cortiça, lenha, pinhas, entre outros. Para o valor económico foram utilizados os valores de referência nesta região.

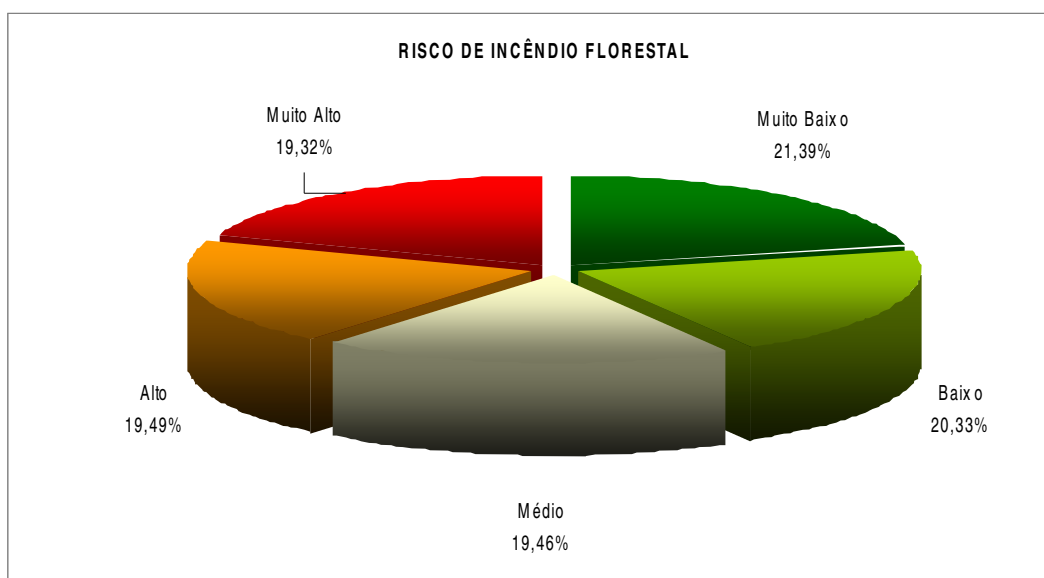
A carta de risco de incêndio florestal será reclassificada em cinco níveis (Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto) e encontrando-se representada no anexo 3 do caderno 2.

De seguida apresentam-se a área do concelho distribuída pelas diferentes classes de risco de incêndio.

Quadro 2 – Distribuição da área do concelho por classes de risco de incêndio

CLASSES DE RISCO	ÁREA (HA)	PERCENTAGEM
Muito Baixo	3828,01	21,39
Baixo	3638,75	20,33
Médio	3482,78	19,46
Alto	3488,77	19,49
Muito Alto	3458,04	19,32

Gráfico 3 - Distribuição da área do concelho por classes de risco de incêndio



A análise dos resultados obtidos, mostra uma distribuição do risco de incêndio muito homogénea, sendo que cada uma das classes apresenta valores que rondam os cerca de 20% da área total.

2.3. CARTA DE PRIORIDADES DE DEFESA

A cartografia de prioridades de defesa constitui-se pela representação apenas das manchas de risco de incêndio alto e muito alto sobre as quais se sobrepõem os elementos prioritários. O objectivo da carta de prioridades de defesa é identificar claramente quais os elementos que interessam proteger, tendo em conta quer o seu valor económico, cultural, ecológico ou paisagístico.

Neste estudo foi efectuado essencialmente o levantamento de espaços florestais e de recreio como a mata municipal, parques de merenda e miradouros, sendo também adicionados os pontos críticos existentes no concelho. A carta de prioridades de defesa encontra-se representada no anexo 4 do caderno 2.

3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1. IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO CONCELHO DE ANSIÃO

A tipologia dos concelhos surge da tipificação definida pelo ICNF com base no número de ocorrências e área ardida em cada concelho, para distinguir os vários tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. Deste modo, os municípios do território Continental foram divididos em quatro modelos de tipologias:

Poucas ocorrências

- Pouca área ardida (T1);
- Muita área ardida (T2).

Muitas ocorrências

- Pouca área ardida (T3);
- Muita área ardida (T4).

Com base no diagnóstico realizado no Caderno I, o município de Ansião enquadra-se na **tipologia T1** que se traduz num registo histórico de poucas ocorrências e pouca área ardida.

3.2. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

Os objectivos e metas definidos para o concelho de Ansião, apresentados no quadro seguinte, procuram acompanhar as metas e objectivos nacionais definidos no PNDFCI.

Quadro 3: Objectivos e metas definidos para o concelho

Objectivos / Metas	2014	2015	2016	2017	2018
Redução do número de incêndios com áreas superiores a 1 ha	20% das ocorrências	20% das ocorrências	20% das ocorrências	20% das ocorrências	20% das ocorrências
Gestão da vegetação na bordadura dos povoamentos e das linhas de água	Previsão de FGC	Previsão de FGC	Previsão de FGC	Previsão de FGC	Previsão de FGC
Limitação da área ardida para menos de 10 ha/ano	√	√	√	√	√
1.ª Intervenção em menos de 15 minutos	70 % das ocorrências	70 % das ocorrências	70 % das ocorrências	70 % das ocorrências	90 % das ocorrências
Reduzir tempos de intervenção superiores a 60 minutos	10 % das ocorrências	10 % das ocorrências	10 % das ocorrências	10 % das ocorrências	10 % das ocorrências
Evitar área ardida anual superior a 1 % da superfície florestal constituída por povoamentos	√	√	√	√	√
Redução do número de reacendimentos	10% das ocorrências	10% das ocorrências	10% das ocorrências	10% das ocorrências	10% das ocorrências

O êxito dos objectivos e metas propostos dependerá da capacidade de aplicação deste PMDFCI designadamente, com o sucesso obtido nas actividades previstas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDFCI, apresentados nos próximos capítulos. As concretizações das acções previstas neste Plano só serão possíveis, através da concertação dos esforços dos vários agentes DFCI envolvidos.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

Com a integração e compatibilização deste plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, é possível definir quais os objectivos estratégicos, bem como todas as acções a desenvolver, para um período de 5 anos.

Deste modo é possível definem-se claramente as metas a atingir e, qual o papel dos vários intervenientes na defesa da floresta contra incêndios, de forma a funcionarem coordenadamente para maximizar a sua eficácia.

A proposta de medidas práticas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios define-se territorialmente numa lógica articulada com as estratégias de nível regional e nacional. O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios preconiza um planeamento concertado e estruturado em cinco Eixos Estratégicos de actuação, nomeadamente:

- 1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios;
- 3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

O plano de acção de defesa da floresta contra incêndios no concelho da Ansião assenta nestes cinco eixos estratégicos, procurando satisfazer os objectivos e metas neles preconizados.

4.1. AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

A tendência para o aumento do risco de incêndio florestal em Portugal obriga a tornar o nosso território menos vulnerável. Importa por essa razão, aumentar a gestão activa dos espaços silvestres, aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de bens e pessoas. De modo a concretizar estas acções será necessário rever e integrar políticas e legislação, promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, designadamente povoamentos florestais com valor económico, maciços arbóreos de relevante interesse natural e paisagístico, habitats naturais protegidos, bem como todas as áreas integradas em matas nacionais, perímetros florestais, áreas protegidas e classificadas. De seguida descrevem-se os objectivos definidos a nível municipal e acções a desenvolver neste eixo estratégico.

Quadro 4 – Objectivos e acções para o aumento da resiliência do território

Objectivos Estratégicos		Promoção da gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas
	Objectivos Operacionais	Protecção das zonas de interface urbano/floresta
		Implementação de programa de redução de combustíveis
	Acções	Criar e manter as redes de faixas de gestão de combustíveis, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios
		Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis
		Promover acções de silvicultura no âmbito da DFCI
		Manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água)

4.1.1. LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

4.1.1.1 Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível

O redesenho da paisagem através do estabelecimento de descontinuidades na estrutura das formações vegetais constitui uma das principais componentes da reestruturação dos espaços florestais, a par da alteração da composição e estrutura dos povoamentos ou do uso do solo.

Existem duas estratégias complementares de intervenção na modificação dos combustíveis quanto ao seu arranjo: faixas de gestão de combustível (FGC), numa lógica de “contenção activa” do fogo em bandas que definem compartimentos mais ou menos vastos, e parcelas de gestão de combustível, que actuam numa lógica de modificação do comportamento do fogo, em áreas dispersas de grande dimensão, permitindo a adopção de um mais variado leque de tácticas de supressão.

As faixas de gestão de combustíveis constituem redes primárias, secundárias e terciárias de acordo com a função que desempenham:

Rede primária de faixas de gestão de combustível, de nível sub-regional, delimitando compartimentos com determinada dimensão, desenhada primordialmente para cumprir a função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios. Facilitar o combate/intervenção directa na frente de fogo ou nos seus flancos, mas desempenhando igualmente as restantes.

Rede secundária de faixas de gestão de combustível, de nível municipal, serve para proteger habitações e outras infra-estruturas sociais. Tem a função de reduzir os efeitos da passagem de incêndios. Proteger de forma passiva, zonas edificadas, vias de comunicação, infra-estruturas e povoamentos florestais.

Rede terciária de faixas de gestão de combustível, de nível local e apoiada nas redes viária, eléctrica e divisional (aceiros, aceiros perimetrais e arrifes) das explorações agroflorestais, desempenhando essencialmente a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As faixas de gestão de combustíveis da rede primária são definidas pelo Instituto de Conservação da Natureza e Floresta – ICNF, no âmbito do planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios e obrigatoriamente integradas no planeamento municipal e local de defesa da floresta contra incêndios.

Numa estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios, neste plano foram apenas definidas redes secundárias de gestão de combustíveis, apresentando-se a sua descrição com base no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro:

001 - Faixa de protecção de 50 metros à volta das edificações integradas em espaços florestais (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos);

002 - Faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 100 metros, nos aglomerados populacionais, inseridos ou confinantes com espaços florestais;

003 - Faixa envolvente com largura mínima não inferior a 100 metros, nos parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais;

004 - Faixa lateral de terreno confinante à rede viária florestal numa largura não inferior a 10 metros, nos espaços florestais;

007 - Faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores das linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão e alta tensão, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 metros para cada um dos lados, nos espaços florestais;

010 - Faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores das linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em média tensão, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 metros para cada um dos lados, nos espaços florestais;

011 - Mosaicos de parcelas de gestão de combustível (terrenos agrícolas, águas interiores, terrenos percorridos por incêndios nos anos anteriores, terrenos sujeitos a medidas de silvicultura contempladas no n.º1 do Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, afloramentos rochosos, infra-estruturas desportivas, parques eólicos e outros.

A descrição das faixas de gestão de combustíveis apresenta todas as faixas existentes, independentemente das suas necessidades de intervenção. Salienta-se a inclusão das faixas de gestão de combustíveis de todos os aglomerados populacionais delimitados no concelho, embora actualmente alguns deles não confinem com cargas combustíveis muito elevadas, considera-se que devem ser os espaços com maiores prioridades de defesa. Para além disso, a velocidade com que os espaços vão sendo sujeitos ao abandono e a uma progressiva acumulação de combustíveis é tão elevada, que é possível prever, no horizonte temporal do plano, a necessidade de intervenção em algumas das áreas que hoje se consideram sem intervenção.

Os mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis descritos foram efectuados no âmbito do Programa AGRIS – Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Abióticos, verificando-se a execução de trabalhos de silvicultura preventiva em algumas manchas com elevado valor económico e ecológico, constituindo assim áreas de descontinuidade da carga de combustível existente no território. No entanto verifica-se, mais uma vez, o progressivo aumento da carga combustível, o que leva a concluir que num curto espaço de tempo, as áreas sujeitas a silvicultura preventiva não asseguram o objectivo de diminuir o perigo de incêndio e garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

Relativamente à rede viária, foram delimitados os caminhos que servem os interesses de DFCl nas várias freguesias, ou seja aqueles que têm como principal propósito criar descontinuidades em grandes manchas florestais e garantir a protecção dos meios de combate. De modo a garantir faixas com uma dimensão suficiente que permita cumprir todas as funções a que se destina, nas faixas de protecção à rede viária, foi dada preferência a estradas e caminhos municipais, os quais apresentam já uma faixa de rodagem de 6 a 8 metros, propondo-se ainda a criação de faixas de gestão de combustíveis de 10 metros para cada lado da rede viária.

Apresenta-se no anexo 7 do caderno 2, a distribuição espacial das faixas de gestão combustível e no quadro seguinte efectua-se a sua distribuição por descrição, em hectares e em percentagem e por freguesia.

Quadro 5 – Distribuição por freguesias da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

FREGUESIA	CÓDIGO DA DESCRIÇÃO DA FAIXA/ MOSAICO	DESCRIÇÃO DA FAIXA/MOSAICO	ÁREA (HA)	%
Alvorge	002	Aglomerados Populacionais	376,92	9,7
	004	Rede Viária Florestal	37,39	1,0
	010	Rede Eléctrica de Média Tensão	8,39	0,2
	011	Mosaicos de Parcelas	128,9	3,3
	Sub-Total		551,6	14,1
Ansião	002	Aglomerados Populacionais	630,59	16,4
	003	Parques e Polígonos Industriais	26,10	0,7
	004	Rede Viária Florestal	64,91	1,7
	007	Rede Eléctrica de Alta Tensão	4,89	0,1
	010	Rede Eléctrica de Média Tensão	25,12	0,7
	011	Mosaicos de Parcelas	89,94	2,3
	Sub-Total		841,55	21,9
Avelar	002	Aglomerados Populacionais	176,33	20,8
	003	Parques e Polígonos Industriais	13,25	1,6
	004	Rede Viária Florestal	7,44	0,9
	010	Rede Eléctrica de Média Tensão	3,26	0,4
	Sub-Total		200,28	23,6
Chão de Couce	002	Aglomerados Populacionais	404,09	17,0
	003	Parques e Polígonos Industriais	29,59	1,2
	004	Rede Viária Florestal	23,92	1,0
	007	Rede Eléctrica de Alta Tensão	18,69	0,8
	010	Rede Eléctrica de Média Tensão	25,97	1,1
	011	Mosaicos de Parcelas	290,12	12,2
	Sub-Total		792,38	33,3
Pousaflores	002	Aglomerados Populacionais	460,35	18,2
	004	Rede Viária Florestal	21,38	0,8
	007	Rede Eléctrica de Alta Tensão	10,29	0,4
	010	Rede Eléctrica de Média Tensão	14,45	0,6
	Sub-Total		506,47	20
Santiago da Guarda	002	Aglomerados Populacionais	940,02	22,8
	004	Rede Viária Florestal	54,49	1,3
	010	Rede Eléctrica de Média Tensão	25,33	0,6

	011	Mosaicos de Parcelas	163,20	4,0
		Sub-Total	1183,04	28,7
		Total 002	1980,79	11,2
		Total 003	42,84	0,2
		Total 004	209,53	1,2
		Total 007	33,87	0,2
		Total 010	102,52	0,6
		Total 011	672,16	3,8
		TOTAL FGC e MOSAICOS	3041,71	17,2

De acordo com o quadro 5, verifica-se que as freguesias de Ansião, Chão de Couce e Santiago da Guarda apresentam a maior percentagem de faixas de gestão de combustíveis, perfazendo cerca de 2817ha de área do concelho.

Quanto à tipologia das faixas de gestão de combustíveis, destacam-se os aglomerados populacionais com uma área de 1980,79ha, representado cerca de 11% da área total do concelho.

4.1.1.2 Rede viária florestal

A rede viária florestal (RVF) cumpre um conjunto de funções diverso, que inclui a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais, para a constituição, condução e exploração dos povoamentos florestais e das pastagens e ainda, para utilização lúdica.

Simultaneamente, a RVF é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes da rede de defesa da floresta.

A classificação da rede viária do concelho, contempla os Itinerários Complementares, Estradas Municipais (inclui as Estradas Nacionais e Regionais desclassificadas), Caminhos Municipais, Caminhos Rurais, Caminhos Agrícolas e Caminhos Florestais.

Posteriormente efectuou-se a sua integração segundo a classificação de defesa da floresta contra incêndios e segundo o Conselho Nacional de Reflorestação em 2005. Foi proposta uma nova tipologia com características mínimas para as vias a integrar na RVF de defesa da floresta contra incêndios subdividindo-se nas categorias de 1.^a, 2.^a ou 3.^a ordem.

De seguida apresenta-se um quadro resumo da extensão da rede viária do concelho, de acordo com a tipologia de classificação anteriormente descrita.

Quadro 6 – Classificação da rede viária do concelho de Ansião

CLASSIFICAÇÃO	EXTENSÃO (KM)
Itinerários Complementares	24,51
Estradas Municipais	111,16
Caminhos Municipais	66,03
Caminhos Rurais	95,83
Caminhos Agrícolas	88,87
Caminhos Florestais	322,21
Outros	180,91
TOTAL	889,52

Verifica-se que a rede viária do concelho se encontra razoavelmente consolidada, principalmente tendo em conta as estradas nacionais e regionais incluídas no PNR e as estradas municipais. Apresenta uma densidade razoável que ultrapassa os valores mínimos estipulados pelo ICNF (20-40 m/ha), sendo que existe ainda uma grande quantidade de caminhos que poderão ser melhorados com vista ao acréscimo da densidade útil.

No quadro seguinte apresenta-se a totalidade da rede viária decomposta por freguesias.

Quadro 7 – Densidade da rede viária por freguesia

FREGUESIAS	EXTENSÃO (M)	DENSIDADE (M/HA)
Alvorge	143018,4	36,63
Ansião	236407	61,81
Avelar	58511,93	68,87
Chão de Couce	125921,5	52,92
Pousaflores	122119,8	43,19
Santiago da Guarda	203541,8	49,36
TOTAL	889520,5	52,13

Por zonas geográficas, em termos de densidade útil, todas as freguesias ultrapassam o valor mínimo do ICNF, verificando-se o valor mais baixo no Alvorge (36,63m/ha) e o valor mais alto em Ansião (61,81m/ha). A densidade média do concelho apresenta valores na ordem de 52,13m/ha, no entanto este valor será mais elevado uma vez que a rede viária se encontra em actualização e muitos dos caminhos ainda não estão cartografados e caracterizados.

A estrutura minifundiária prevalecente impede, dum modo geral, a existência de sistemas de rede divisional. Apenas em alguns casos de plantações recentes é estabelecido um aceiro periférico estreito, que, com o tempo acaba por ser abandonado.

De seguida apresenta-se um quadro resumo da rede viária de acordo com a classificação efectuada e distribuição por freguesia.

Quadro 8 – Distribuição da rede viária por freguesia

FREGUESIA	CLASSES DAS VIAS DA RVF (REDE_DFCI)		COMPRIENTO (m)	%
ALVORGE	1.ª Ordem - Fundamental	1A	16282,59	24,72
		1B	49597,67	75,28
	2.ª Ordem - Fundamental		35687,64	100,00
	3.ª Ordem - Complementar		41450,49	100,00
	1.ª Ordem		65880,26	46,06
	2.ª Ordem		35687,64	24,95
	3.ª Ordem		41450,49	28,98
	SUB-TOTAL RVF		143018,39	-
ANSIÃO	1.ª Ordem - Fundamental	1A	34595,87	26,68
		1B	95050,61	73,31
	2.ª Ordem - Fundamental		81798,05	100
	3.ª Ordem - Complementar		24962,47	100
	1.ª Ordem		129646,48	54,84
	2.ª Ordem		81798,05	34,60
	3.ª Ordem		24962,47	10,56
	SUB-TOTAL RVF		236407	-

FREGUESIA	CLASSES DAS VIAS DA RVF (REDE_DFCI)		COMPRIENTO (m)	%
AVELAR	1.ª Ordem - Fundamental	1A	8478,48	36,62
		1B	14675,49	63,38
	2.ª Ordem - Fundamental		30247,38	100,00
	3.ª Ordem - Complementar		5110,58	100,00
	1.ª Ordem		23153,97	39,57
	2.ª Ordem		30247,38	51,69
	3.ª Ordem		5110,58	8,73
	SUB-TOTAL RVF		58511,93	-
CHÃO DE COUCE	1.ª Ordem - Fundamental	1A	28431,17	38,01
		1B	46367,18	61,99
	2.ª Ordem - Fundamental		41404,55	100,00
	3.ª Ordem - Complementar		9718,60	100,00
	1.ª Ordem		74798,35	59,40
	2.ª Ordem		41404,55	32,88
	3.ª Ordem		9718,60	7,72
	SUB-TOTAL RVF		125921,50	-

FREGUESIA	CLASSES DAS VIAS DA RVF (REDE_DFCI)		COMPRIMENTO (m)	%
POUSAFLORES	1.ª Ordem - Fundamental	1A	12600,90	17,33
		1B	60108,66	82,67
	2.ª Ordem - Fundamental		42263,42	100,00
	3.ª Ordem - Complementar		7146,82	100,00
	1.ª Ordem		72709,56	59,54
	2.ª Ordem		42263,42	34,61
	3.ª Ordem		7146,82	5,85
	SUB-TOTAL RVF		122119,80	-
SANTIAGO DA GUARDA	1.ª Ordem - Fundamental	1A	40248,77	36,36
		1B	70432,19	63,64
	2.ª Ordem - Fundamental		64019,18	100,00
	3.ª Ordem - Complementar		28841,70	100,00
	1.ª Ordem		110680,96	54,38
	2.ª Ordem		64019,18	31,45
	3.ª Ordem		28841,70	14,17
	SUB-TOTAL RVF		203541,84	-
	TOTAL RVF 1.ª ORDEM A		140637,78	15,81052
	TOTAL RVF 1.ª ORDEM B		336231,80	37,79922
	TOTAL RVF 2.ª ORDEM		295420,22	33,21118
	TOTAL RVF 3.ª ORDEM		117230,66	13,17909
	TOTAL RVF		889520,46	-

4.1.1.3 Rede de pontos de água

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de *estruturas de armazenamento de água*, de *planos de água acessíveis* e de *pontos de tomada de água*.

As estruturas de armazenamento de água são construções concebidas especificamente para o armazenamento de água e podem ser:

- Estruturas fixas onde se encontram incluídos os reservatórios DFCI, reservatórios das estações de tratamento de águas, poços, piscinas, tanques de rega, fontes e outros reservatórios da rede de abastecimento público;
- Estruturas móveis onde se encontram as cisternas em material rígido e em material deformável.

Os planos de água são superfícies hídricas, que no concelho apresentam uma dimensão muito variável, que não sendo criadas especificamente para DFCI, normalmente são utilizadas neste âmbito. Os planos de água são classificados em:

- Planos artificiais onde estão integradas as albufeiras de barragem, albufeiras de açude, canais de rega e charcas;
- Planos naturais onde se incluem os lagos, rios, estuários, oceanos e outros cursos de água.

As tomadas de água que são pontos de ligação a redes de abastecimento e podem contemplar:

- Redes públicas;
- Redes privadas;
- Pontos de água existentes no próprio maciço.

A existência de pontos de água com boas condições de acesso, para meios aéreos e terrestres é um factor de crucial importância para o sucesso das operações de combate aos incêndios florestais.

De seguida é apresentado um quadro resumo com a totalidade de pontos de água existentes no concelho bem como o volume útil que cada um armazena.

Quadro 9 – Distribuição dos pontos de água por freguesia

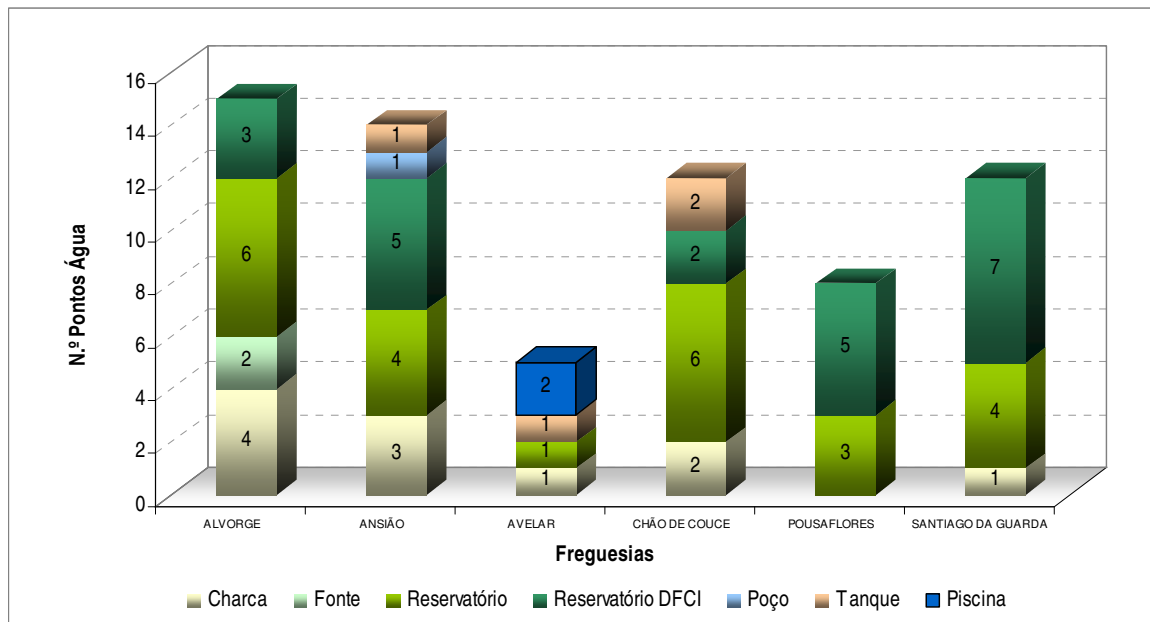
FREGUESIA	ID_PA	TIPO DE PA	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE DE PA	VOLUME MÁXIMO (m³)
ALVORGE	9	214	Charca	-	471
	10	214	Charca		63
	11	214	Charca		142
	12	214	Charca		300
	15	115	Fonte		-
	16	115	Fonte		-
	4	115	Reservatório		75
	5	115	Reservatório		10
	6	115	Reservatório		100
	8	115	Reservatório		100
	13	115	Reservatório		20
	14	115	Reservatório		50
	7	111	Reservatório DFCI		150
	17	111	Reservatório DFCI		150
	67	111	Reservatório DFCI		240
	Sub-Total			15	1871
ANSIÃO	40	214	Charca	-	377
	55	214	Charca		120
	57	214	Charca		590
	19	112	Poço		3
	39	115	Reservatório		150
	18	115	Reservatório		500
	56	115	Reservatório		300
	59	115	Reservatório		100
	58	111	Reservatório DFCI		150
	62	111	Reservatório DFCI		240
	20	111	Reservatório DFCI		150
	63	111	Reservatório DFCI		240
	69	111	Reservatório DFCI		240
	21	115	Tanque		1440
	Sub-Total			14	4600
AVELAR	24	214	Charca		40000
	25	113	Piscina		90
	26	113	Piscina		90
	27	115	Reservatório		400
	23	115	Tanque		150
	Sub-Total			5	40730

FREGUESIA	ID_PA	TIPO DE PA	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE DE PA	VOLUME MÁXIMO (m3)
CHÃO DE COUCE	33	214	Charca	-	314
	37	214	Charca		2600
	29	115	Reservatório		100
	32	115	Reservatório		200
	34	115	Reservatório		200
	35	115	Reservatório		300
	36	115	Reservatório		500
	38	115	Reservatório		100
	28	111	Reservatório DFCI		150
	70	111	Reservatório DFCI		240
	30	115	Tanque		314
	31	115	Tanque		1800
	Sub-Total				12
	POUSAFLORES	41	115	Reservatório	-
43		115	Reservatório	100	
45		115	Reservatório	80	
42		111	Reservatório DFCI	150	
44		111	Reservatório DFCI	150	
65		111	Reservatório DFCI	240	
66		111	Reservatório DFCI	240	
68		111	Reservatório DFCI	240	
Sub-Total			8	1350	
SANTIAGO DA GUARDA	48	214	Charca	-	314
	46	115	Reservatório		350
	47	115	Reservatório		300
	51	115	Reservatório		300
	53	115	Reservatório		300
	49	111	Reservatório DFCI		150
	50	111	Reservatório DFCI		150
	52	111	Reservatório DFCI		150
	54	111	Reservatório DFCI		150
	60	111	Reservatório DFCI		240
	61	111	Reservatório DFCI		240
	64	111	Reservatório DFCI		240
	Sub-Total				12
	TOTAL				66
ÁREA DE ESPAÇOS FLORESTAIS DO CONCELHO (FLORESTA/INCULTOS) (HA)				9192,00	
DENSIDADE DE PONTOS DE ÁGUA (N.º/HA)				0.0072	

Em relação aos pontos de água verificou-se, através do levantamento de campo efectuado, que o concelho oferece um leque grande e diversificado de pontos de água, embora a sua manutenção seja de extrema importância. Refira-se no entanto, que muitos dos pontos de água descritos são reservatórios de abastecimento da rede pública, em que as condições de acesso existentes poderão ser difíceis para o abastecimento de meios terrestres pesados.

De seguida apresenta-se o gráfico com a distribuição dos pontos de água pelas freguesias do concelho.

Gráfico 4 – Distribuição do tipo de pontos de água por freguesia



Verifica-se pela análise do gráfico que a freguesia de Santiago da Guarda apresenta um maior número de reservatórios DFCI, o que se justifica quer pela sua dimensão geográfica, quer pelo tipo de ocupação do solo que apresenta, apresentando uma área florestal significativa.

As freguesias o Alvorge e Chão de Couce apresentam também um elevado número de pontos de água, no entanto isto deve-se ao número de reservatórios de abastecimento da rede pública, o que em termos de defesa da floresta contra incêndios não apresenta relevante importância, pois estes reservatórios tem na sua maioria pequena capacidade de armazenamento e ao mesmo tempo não abastecem os meios aéreos.

Relativamente aos planos de água, em que se encontram incluídas as charcas e rios, podemos verificar que em termos de defesa da floresta contra incêndios, estes pontos de água não têm relevância uma vez que apresentam um carácter não permanente e portanto durante os meses de Verão encontram-se secos. A excepção surge na freguesia do Avelar em que existe uma charca com elevada capacidade de armazenamento e que normalmente são utilizadas pelos meios aéreos.

No anexo 6 do caderno 2, encontra-se representada a carta da rede dos pontos de água.

4.1.1.4 Silvicultura no âmbito da DFCI

O redesenho da paisagem através do estabelecimento de descontinuidades na estrutura das formações vegetais constitui uma das principais componentes da reestruturação dos espaços florestais, a par da alteração da composição e estrutura dos povoamentos ou do uso do solo.

Existem duas estratégias complementares de intervenção na modificação dos combustíveis quanto ao seu arranjo: **faixas de gestão de combustível (FGC)**, numa lógica de “contenção activa” do fogo em bandas que definem compartimentos mais ou menos vastos, e **parcelas de gestão de combustível**, que actuam numa lógica de modificação do comportamento do fogo, em áreas dispersas de grande dimensão, permitindo a adopção de um mais variado leque de tácticas de supressão – Mapa 7 nos anexos do caderno 2.

No entanto, estas medidas de silvicultura preventiva são de difícil implementação pelo facto de o concelho de Ansião estar localizado numa zona de minifúndio agro-florestal, pertencente quase na sua totalidade a proprietários privados.

4.1.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 1.º EIXO ESTRATÉGICO

4.1.2.1 Construção e manutenção de faixas de gestão de combustível

Na definição das faixas de gestão de combustíveis sintetizaram-se as acções cuja intervenção se revela urgente na defesa da floresta contra incêndios do concelho da Ansião. Toda a rede de faixas de gestão de combustíveis definida serve os interesses de defesa da floresta, no entanto, algumas manchas já cumprem naturalmente este propósito, pelo facto de apresentarem cargas combustíveis reduzidas e não necessitarem, por isso de intervenção; outras terão de ser intervencionadas no sentido de proporcionarem a continuidade das faixas ao longo do território.

A delimitação cartográfica serve sobretudo para orientação, e para uma quantificação aproximada, da dimensão das acções a realizar, podendo no entanto sofrer as adaptações necessárias, durante a fase de execução da obra e após as verificações efectuadas em trabalho de campo.

Neste plano propõe-se a criação de faixas exteriores de protecção aos aglomerados populacionais, em cerca de 966ha. Verifica-se que a área total das faixas de protecção é muito superior à área definida para intervir, no entanto seria de difícil ou mesmo de impossível execução a totalidade das faixas de protecção aos aglomerados populacionais. Para definir a área onde se vai efectuar a limpeza cruzou-se a informação da área total das FGC dos aglomerados populacionais com a carta de ocupação do solo, resultando a área dos aglomerados populacionais onde é prioritária a intervenção ao longo deste período de planeamento.

Relativamente às faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, a área proposta para beneficiação também é inferior à área total e portanto optou-se por efectuar a limpeza em cerca de 20ha de área florestal contígua a estas infra-estruturas.

Devido ao risco associado às linhas eléctricas pretende-se também efectuar as faixas de protecção junto às linhas eléctricas de muito alta, alta e média tensão, que corresponde a cerca de 70ha.

Junto da rede viária serão beneficiados cerca de 210ha que se encontram em áreas com ocupação florestal.

Neste âmbito e integradas neste plano estão definidos mosaicos de redução parcial de combustível que têm como objectivo a diminuição da superfície percorrida por incêndios florestais, visto que algumas destas áreas foram efectuadas no âmbito do programa AGRIS. Estas áreas ocupam cerca de 672300 hectares e encontram-se classificadas como mosaicos na carta das faixas de gestão de combustível. Atendendo à data da sua última intervenção, surge a necessidade de avaliar a eventual intervenção através de acções de manutenção de forma a garantir o seu objectivo.

As cartas relativas às faixas de gestão de combustível e programa de acção, constam nos anexos 10 e 11 respectivamente, do caderno 2.

No que se refere aos meios de execução das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, estas deverão ser intervencionadas, no que se refere à gestão de combustíveis, pelos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades, que no concelho de Ansião serão a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., EDP Distribuição - Energia, S. A., EP - Estradas de Portugal, S. A., Câmara Municipal de Ansião e Associação de Produtores Florestais de Ansião.

Na RFGC delimitada neste PMDFCI, os responsáveis pela sua execução são obrigados a cumprir os seus deveres de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis definidos no Anexo ao DL 124/2006, de 28 de Junho, republicado pelo DL 17/2009, de 14 de Janeiro. Cumprindo com a calendarização prevista no PDMFCI.

As FGC definidas neste Plano, que se encaixam na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, conforme referido no Art.º 15.º do referido DL, de interesse municipal e no âmbito da protecção civil de populações e infraestruturas, desenvolvem-se sobre a rede viária, rede das linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica (alta e média tensão), aglomerados populacionais, parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais, em que a execução das mesmas é da responsabilidade das entidades gestoras. Sempre que estas se intersectem com outras, são estas entidades que têm a responsabilidade da gestão de combustível.

Na rede viária inserida nos espaços florestais, foram delimitadas faixas de gestão de combustível com 10m para cada lado, e no caso das no caso de Estradas Nacionais e Regionais a sua execução é da responsabilidade das Estradas de Portugal. As restantes estradas e caminhos são da responsabilidade do Município.

Nas envolventes aos aglomerados populacionais, definidos segundo a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, republicado pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Junho, foi delimitada uma faixa de gestão de combustível com 100m de largura e a sua execução é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham os terrenos inseridos na faixa referida.

Nas linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica, a gestão do combustível correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de 10m para cada um dos lados no caso de linhas em alta tensão, e de 7m para cada um dos lados no caso de linhas em média tensão, a sua execução é da responsabilidade da entidade gestora, no caso REN e EDP.

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, possuam ou detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50m à volta daquelas edificações, ainda que não estejam delimitadas na Carta da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios deste Plano.

Os mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis considerados neste Plano, são da responsabilidade do Município e da Associação de Produtores Florestais na parte relativa a Zona de Intervenção Florestal (ZIF).

No que respeita aos meios de financiamento, estes serão do encargo das entidades referidas anteriormente e das respectivas rubricas previstas no Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR).

No quadro seguinte apresenta-se a calendarização das intervenções nas faixas de gestão de combustíveis e áreas respectivas, distribuídas por freguesia e por descrição de faixa.

Quadro 10 – Intervenções na rede secundária de faixas de gestão de combustível por freguesia para 2014-2018

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa/mosaico	Área total das FGC	Área total sem necessidade de intervenção (Ha)	Área total com necessidade de intervenção (Ha)	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (HA)									
						2014		2015		2016		2017		2018	
						C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
Alvorge	002	Aglomerados Populacionais	376,92	266,33	110,59	0,00	110,59	19,33	91,26	26,21	84,38	31,62	78,97	33,43	77,16
	003	Parques e Polígonos Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	004	Rede Viária Florestal	37,39	0,00	37,39	0,00	37,39	0,54	36,85	20,45	16,94	0,46	36,93	15,94	21,45
	007	Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	8,39	4,18	4,21	0,00	4,21	0,00	4,21	0,80	3,41	0,09	4,12	3,32	0,89
	Sub-Total		422,70	270,51	152,19	0,00	152,19	19,87	132,32	47,46	104,73	32,17	120,02	52,69	99,50
Ansião	002	Aglomerados Populacionais	630,6	384,46	246,14	42,97	203,17	90,23	155,91	43,59	202,55	33,75	212,39	35,6	210,54
	003	Parques e Polígonos Industriais	26,1	12,24	13,86	0	13,86	13,86	0	0	13,86	0	13,86	0	13,86
	004	Rede Viária Florestal	64,91	0,01	64,9	0	64,9	9,23	55,67	11,75	53,15	34,47	30,43	9,45	55,45
	007	Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	4,89	4,89	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	25,13	12,18	12,95	4,5	8,45	0,1	12,85	8,07	4,88	0,28	12,67	0	12,95
	Sub-Total		751,63	413,78	337,85	47,47	290,38	113,42	224,43	63,41	274,44	68,50	269,35	45,05	292,80

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa/mosaico	Área total das FGC	Área total sem necessidade de intervenção (Ha)	Área total com necessidade de intervenção (Ha)	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (HA)									
						2014		2015		2016		2017		2018	
						C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
Avelar	002	Aglomerados Populacionais	176,33	147,75	28,58	15,36	13,22	0,00	28,58	0,00	28,58	0,00	28,58	13,22	15,36
	003	Parques e Polígonos Industriais	13,25	9,06	4,19	4,19	0,00	0,00	4,19	0,00	4,19	0,00	4,19	0,00	4,19
	004	Rede Viária Florestal	7,44	0,00	7,44	0,00	7,44	7,44	0,00	0,00	7,44	0,00	7,44	0,00	7,44
	007	Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	3,26	2,56	0,70	0,00	0,70	0,00	0,70	0,00	0,70	0,00	0,70	0,70	0,00
	Sub-Total		200,28	159,37	40,91	19,55	21,36	7,44	33,47	0,00	40,91	0,00	40,91	13,92	26,99
Chão de Couce	002	Aglomerados Populacionais	404,09	302,83	101,26	19,76	81,50	22,21	79,05	23,06	78,20	7,54	93,72	28,69	72,57
	003	Parques e Polígonos Industriais	29,59	29,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	004	Rede Viária Florestal	23,92	0,00	23,92	0,00	23,92	9,68	14,24	0,00	23,92	0,00	23,92	14,24	9,68
	007	Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	18,69	10,86	7,83	7,83	0,00	0,00	7,83	0,00	7,83	0,00	7,83	0,00	7,83
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	25,97	15,45	10,52	2,15	8,37	2,92	7,60	4,53	5,99	0,19	10,33	0,73	9,79
	Sub-Total		502,26	358,73	143,53	29,74	113,79	34,81	108,72	27,59	115,94	7,73	135,80	43,66	99,87

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa/mosaico	Área total das FGC	Área total sem necessidade de intervenção (Ha)	Área total com necessidade de intervenção (Ha)	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (HA)									
						2014		2015		2016		2017		2018	
						C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
Pousaflores	002	Aglomerados Populacionais	460,35	258,12	202,23	41,58	160,65	38,02	164,21	47,28	154,95	35,65	166,58	39,70	162,53
	003	Parques e Polígonos Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	004	Rede Viária Florestal	21,38	0,00	21,38	0,54	20,84	0,46	20,92	7,12	14,26	0,05	21,33	13,21	8,17
	007	Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	10,29	4,13	6,16	0,46	5,70	2,56	3,60	0,00	6,16	0,00	6,16	3,14	3,02
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	14,45	2,84	11,61	1,84	9,77	7,92	3,69	0,45	11,16	0,85	10,76	0,55	11,06
	Sub-Total		133,74	99,06	34,68	0,00	34,68	11,85	22,83	12,54	22,14	10,29	24,39	0,00	34,68
Santiago da Guarda	002	Aglomerados Populacionais	940,02	660,56	279,46	68,33	211,13	58,36	221,10	60,80	218,66	29,30	250,16	62,67	216,79
	003	Parques e Polígonos Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	004	Rede Viária Florestal	54,49	0,00	54,49	0,05	54,44	20,43	34,06	6,68	47,81	11,54	42,95	15,79	38,70
	007	Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	010	Rede Eléctrica Média Tensão	25,33	11,20	14,13	5,01	9,12	0,29	13,84	0,96	13,17	0,13	14,00	7,74	6,39
	Sub-Total		1019,84	671,76	348,08	73,39	274,69	79,08	269,00	68,44	279,64	40,97	307,11	86,20	261,88
TOTAL			3403,18	2139,24	1263,94	214,57	1049,37	303,58	960,36	261,75	1002,19	185,92	1078,02	298,12	965,82

*C.I. – Comprimento com necessidade de intervenção

S. I. – Comprimento sem necessidade de intervenção

4.1.2.2 Construção e manutenção da rede viária

As infra-estruturas florestais, como elementos fundamentais de toda a organização do espaço florestal, prendem-se com a necessidade de providenciarem a passagem, para os povoamentos florestais, de todos os equipamentos, maquinaria e pessoal, de facilitarem a remoção de produtos florestais, bem como de prestarem auxílio na prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais.

A existência de infra-estruturas de prevenção e de combate eficazes, em número suficiente e bem organizadas, constitui um factor de extrema importância na minimização da problemática dos incêndios.

A rede viária florestal é um dos elementos principais da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, desempenhando, de uma forma geral, as seguintes funções:

- Permite um rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento em água e combustível;
- Integra a rede de FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento com a rede de vigilância fixa.

De acordo com o Conselho Nacional de Reflorestação em 2005, foi proposta a tipologia com características mínimas para as vias a integrar na RVF de defesa da floresta contra incêndios e que são classificadas como de 1.ª, 2.ª ou 3.ª ordem.

No quadro 11, apresenta-se um resumo das acções a executar no concelho e visto que a densidade da rede viária é superior a 30m/ha optou-se por não efectuar a abertura de caminhos e efectuar apenas a manutenção dos traçados existentes. De modo a garantir que ao fim dos cinco anos estejam beneficiados 30m/ha de área florestal, pretende-se no mínimo a beneficiação de cerca de 50Km de caminhos por ano.

No global será efectuada a manutenção de cerca de 230Km no horizonte de planeamento (ver anexo 8 do caderno 2).

Em termos de meios de execução e de financiamento, a totalidade dos trabalhos será efectuada com recurso a meios próprios do Município de Ansião em colaboração com as Juntas de Freguesia.

Na beneficiação dos caminhos florestais será contemplado o alargamento e melhoria do traçado, a construção de valetas e colocação de manilhas e a sinalização.

Quadro 11 – Intervenções (manutenção) da rede viária por freguesia para 2014-2018

Freguesia	Classes das vias da RVF	Comprimento total (m)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (m)	Comprimento total com necessidade de intervenção (m)	DISTRIBUIÇÃO DO COMPRIMENTO TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (M)									
					2014		2015		2016		2017		2018	
					C.I.*	S.I.*	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
Alvorger	1.ª Ordem A	16283	13470	2813	-	2813	-	2813	1596	1216	-	2813	1216	1596
	1.ª Ordem B	49598	29368	20230	1083	19147	3112	17118	1430	18800	2655	17575	11950	8280
	2.ª Ordem	35688	20864	14824	3082	11741	-	14824	-	14824	2552	12271	9189	5635
	3.ª Ordem	41450	38469	2982	-	2982	2982	-	-	2982	-	2982	-	2982
	Sub-Total	143018	102171	40848	4166	36682	6093	34754	3026	37821	5207	35640	22355	18493
Ansião	1.ª Ordem A	34596	20150	14446	-	14446	3598	10848	8541	5905	2307	12139	-	14446
	1.ª Ordem B	95050	61327	33723	2617	31106	12857	20867	4897	28826	3511	30212	9842	23881
	2.ª Ordem	81799	67377	14420	467	13953	686	13734	-	14420	9808	4612	3459	10962
	3.ª Ordem	24963	23043	1920	1201	719	-	1920	-	1920	-	1920	719	1201
	Sub-Total	236407	171897	64511	4284	60225	17141	47370	13437	51073	15626	48883	14020	50489
Avelar	1.ª Ordem A	8478	1277	7201	1448	5753	1525	5676	2997	4204	-	7201	1230	5971
	1.ª Ordem B	14675	6643	8032	597	7435	4606	3426	2829	5203	-	8032	-	8032
	2.ª Ordem	30247	30247	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.ª Ordem	5111	5111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Sub-Total	58512	43279	15233	2045	13188	6132	9102	5826	9407	-	15233	1230	14004
Freguesia	Classes das vias da RVF	Comprimento total (m)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (m)	Comprimento total com necessidade de intervenção (m)	DISTRIBUIÇÃO DO COMPRIMENTO TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (M)									
					2014		2015		2016		2017		2018	
					C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
Chão de Couce	1.ª Ordem A	28431	22984	5447	-	5447	-	5447	5447	-	-	5447	-	5447
	1.ª Ordem B	46367	37434	8934	2433	6501	3432	5501	-	8934	1352	7581	1716	7217
	2.ª Ordem	41405	35383	6021	1853	4168	-	6021	-	6021	4168	1853	-	6021
	3.ª Ordem	9719	5520	4199	-	4199	2370	1829	-	4199	1829	2370	-	4199
	Sub-Total	125922	101321	24601	4285	20315	5802	18799	5447	19154	7350	17251	1716	22884
Pousaflres	1.ª Ordem A	12601	3489	9112	-	9112	-	9112	9112	-	-	9112	-	9112
	1.ª Ordem B	60109	37838	22270	3801	18469	7433	14838	-	22270	6516	15754	4520	17750
	2.ª Ordem	42263	33000	9264	294	8970	1943	7321	-	9264	6088	3176	939	8325
	3.ª Ordem	7147	6400	747	-	747	-	747	-	747	747	-	-	747
	Sub-Total	122120	80727	41393	4095	37298	9375	32017	9112	32281	13351	28041	5459	35933

Freguesia	Classes das vias da RVF	Comprimento total (m)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (m)	Comprimento total com necessidade de intervenção (m)	DISTRIBUIÇÃO DO COMPRIMENTO TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (M)									
					2014		2015		2016		2017		2018	
					C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.	C.I.	S.I.
Santiago da Guarda	1.ª Ordem A	40249	22911	17338	3586	13752	-	17338	11736	5602	2016	15322	-	17338
	1.ª Ordem B	70432	53949	16483	-	16483	7883	8600	2415	14068	-	16483	6185	10298
	2.ª Ordem	64019	55509	8511	-	8511	-	8511	-	8511	8511	-	-	8511
	3.ª Ordem	28842	27748	1094	-	1094	-	1094	-	1094	1094	-	-	1094
	Sub-Total	203542	160116	43425	3586	39839	7883	35542	14151	29274	11620	31805	6185	37241
TOTAL		889520	659511	230010	22462	207548	52427	177583	51000	179009	53155	176855	50966	179043

*C.I. – Comprimento com necessidade de intervenção

S. I. – Comprimento sem necessidade de intervenção

4.1.2.3 Construção e manutenção da rede de pontos de água

Foi definida uma rede de pontos de água na totalidade da área abrangida pelo concelho. Estas estruturas devem ser sujeitas a uma verificação periódica, dado que passado um ano, podem tornar-se totalmente inoperacionais. Assim, os pontos de água devem estar sempre perfeitamente operacionais e os seus utilizadores devidamente informados quanto à sua operacionalidade, sendo que a eficácia no combate aos incêndios florestais depende, em larga medida do conhecimento do terreno.

O concelho encontra-se coberto por uma rede de pontos significativa cumprindo o estipulado na Portaria n.º133/2007, de 26 de Janeiro. Neste sentido, propõe-se a manutenção de 22 pontos de água. Encontra-se no anexo 9 do caderno 2, a carta da manutenção dos pontos de água.

Em termos de meios de execução e de financiamento, a totalidade dos trabalhos será efectuada com recurso a meios próprios do Município de Ansião.

Quadro 12 – Intervenções (manutenção) da rede de pontos de água por freguesia para 2014-2018

FREGUESIA	ID_PA	CÓDIGO DO TIPO DE PA	DESIGNAÇÃO DO TIPO DE PA	VOLUME MÁXIMO (M3)	TIPO DE INTERVENÇÃO				
					2014	2015	2016	2017	2018
Alvorge	7	111	Reservatório DFCI	150				M	
	17	111	Reservatório DFCI	150		M			
	68	111	Reservatório DFCI	240					M
	Sub-Total		3	540					
Ansião	20	111	Reservatório DFCI	150	M				
	58	111	Reservatório DFCI	150		M			
	62	111	Reservatório DFCI	240			M		
	63	111	Reservatório DFCI	240			M		
	69	111	Reservatório DFCI	240					M
	Sub-Total		3	1020					
Chão de Couce	28	111	Reservatório DFCI	150				M	
	67	111	Reservatório DFCI	240					M
	Sub-Total		2	390					
Pousaflores	42	111	Reservatório DFCI	150				M	
	44	111	Reservatório DFCI	150				M	
	65	111	Reservatório DFCI	240				M	
	66	111	Reservatório DFCI	240					M
	70	111	Reservatório DFCI	240					M
	Sub-Total		5	1020					
Santiago da Guarda	49	111	Reservatório DFCI	150	M				
	50	111	Reservatório DFCI	150	M				
	52	111	Reservatório DFCI	150	M				
	54	111	Reservatório DFCI	150		M			
	60	111	Reservatório DFCI	240			M		
	61	111	Reservatório DFCI	240		M			
	64	111	Reservatório DFCI	240			M		
	Sub-Total		7	1320					
TOTAL			20	4290	4	4	4	5	5

As acções previstas assentam, sobretudo, na promoção da gestão de combustíveis através da construção e manutenção de faixas de gestão de combustíveis, na manutenção de pontos de água, bem como na beneficiação de alguns caminhos da RVF identificados como tendo uma importância na estratégia DFCI.

4.1.2.4 Metas e Indicadores

No quadro 13 descrevem-se as metas e indicadores definidos a nível municipal para as acções a desenvolver neste eixo estratégico, para o horizonte de planeamento de 5 anos.

Quadro 13 – Metas e indicadores

Freguesia	Acção a desenvolver	Metas	Unidades	Indicadores Mensuráveis					Total
				2014	2015	2016	2017	2018	
Alvor	Manutenção da rede viária florestal.	Manutenção com recurso a meios mecanizados	m	4166	6093	3026	5207	22355	40848
	Manutenção da rede de pontos de água.	Manutenção	Unid.	-	1	-	1	1	3
	Implementação da rede secundária.	Manutenção com recurso a meios moto-manuais	Ha	-	19,87	47,46	32,17	52,69	152,19
Ansião	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Manutenção com recurso a meios mecanizados	m	4284	17141	13437	15626	14020	64511
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Manutenção	Unid.	1	1	2	0	1	5
	Implementação da rede secundária.	Manutenção com recurso a meios moto-manuais	Ha	47,47	113,42	63,41	68,5	45,05	337,85
Avelar	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Manutenção com recurso a meios mecanizados	m	2045	6132	5826	-	1230	15233
	Implementação da rede secundária.	Manutenção com recurso a meios moto-manuais	Ha	19,55	7,44	-	-	13,92	40,91
Chão de Couce	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Manutenção com recurso a meios mecanizados	m	4285	5802	5447	7350	1716	24601
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Manutenção	Unid.	-	-	-	1	1	2
	Implementação da rede secundária.	Manutenção com recurso a meios moto-manuais	Ha	29,74	34,81	27,59	7,73	43,66	143,53

Freguesia	Acção a desenvolver	Metas	Unidades	Indicadores Mensuráveis					Total
				2014	2015	2016	2017	2018	
Pousaflores	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Manutenção com recurso a meios mecanizados	m	4095	9375	9112	13351	5459	41393
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Manutenção	Unid.	-	-	-	2	3	5
	Implementação da rede secundária.	Manutenção com recurso a meios moto-manuais	Ha	44,42	48,96	54,85	36,55	56,6	241,38
Santiago da Guarda	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Manutenção com recurso a meios mecanizados	m	3586	7883	14151	11620	6185	43425
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Manutenção	Unid.	3	2	2	-	-	7
	Implementação da rede secundária.	Manutenção com recurso a meios moto-manuais	Ha	73,39	79,08	68,44	40,97	86,2	348,08

4.1.2.5 Orçamento e Responsáveis

No quadro 14 apresenta-se uma estimativa orçamental das acções propostas, bem como os responsáveis pela execução das intervenções. (Valores de referência das operações - tabelas CAOF).

Quadro 14 – Orçamento e entidades responsáveis

Freguesia	Acção a desenvolver	Responsáveis	Estimativa Orçamental (€)				
			2014	2015	2016	2017	2018
Alvorge	Manutenção da rede viária florestal.	Município de Ansião	6.248,37	9.139,97	4.539,71	7.811,03	33.532,55
	Manutenção da rede de pontos de água.	Município de Ansião	-	2.000,00	-	2.000,00	2.000,00
	Implementação da rede secundária.	EDP / REN ASCENDI / EP Ass. Produtores Florestais	-	24.837,50	59.325,00	40.212,50	65.862,50
Ansião	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Município de Ansião	6.426,66	25.710,66	20.156,06	23.440,20	21.030,80
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Município de Ansião	2.000,00	2.000,00	4.000,00	-	2.000,00
	Implementação da rede secundária.	EDP / REN ASCENDI / EP Ass. Produtores Florestais	59.337,50	141.775,00	79.262,50	85.625,00	56.312,50
Avelar	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Município de Ansião	3.067,95	9.197,77	8.739,53	-	1.844,87
	Implementação da rede secundária.	EDP / REN ASCENDI / EP Ass. Produtores Florestais	24.437,50	9.300,00	-	-	17.400,00
Chão de Couce	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Município de Ansião	6.428,25	8.703,32	8.170,58	11.024,46	2.574,72
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Município de Ansião	-	-	-	2.000,00	2.000,00
	Implementação da rede secundária.	EDP / REN ASCENDI / EP Ass. Produtores Florestais	37.175,00	43.512,50	34.487,50	9.662,50	54.575,00
Pousaflres	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Município de Ansião	6.142,40	14.063,24	13.667,47	20.026,52	8.189,13
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Município de Ansião	-	-	-	4.000,00	6.000,00
	Implementação da rede secundária.	EDP / REN ASCENDI / EP Ass. Produtores Florestais	55.525,00	61.200,00	68.562,50	45.687,50	70.750,00
Santiago da Guarda	Construção e manutenção da rede viária florestal.	Município de Ansião	5.378,98	11.824,92	21.226,90	17.430,00	9.277,29
	Construção e manutenção da rede de pontos de água.	Município de Ansião	6.000,00	4.000,00	4.000,00	-	-
	Implementação da rede secundária.	EDP / REN ASCENDI / EP Ass. Produtores Florestais	91.737,50	98.850,00	85.550,00	51.212,50	107.750,00

4.2. REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

A grande maioria dos incêndios florestais ocorrem devido a causas humanas, quer por negligência ou acidente, quer por acções criminosas, raras vezes lhes são imputadas causas naturais. Por este motivo, a redução do número de ocorrências passa necessariamente por uma mudança de atitudes e comportamentos da população em geral, incidindo no estrato etário onde as acções de sensibilização são mais facilmente apreendidas, ou seja, a população escolar.

A sensibilização da população é por isso, uma das principais acções de prevenção, entendida como o conjunto das actividades que tem por objectivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, actuando em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Nos últimos anos, têm-se verificado resultados importantes nas acções de sensibilização desenvolvidas, com uma redução significativa das queimas de sobrantes realizadas durante o período crítico, com o aumento de acções de gestão de combustíveis junto a edificações, com a quase extinção do lançamento de foguetes durante o período crítico, no fundo com uma maior preocupação da população relativamente à problemática dos incêndios florestais. De seguida descrevem-se os principais objectivos e respectivas acções a desenvolver.

Quadro 15 - Objectivos e acções para a redução da incidência dos incêndios

Objectivos Estratégicos	Sensibilizar e educar as populações	
	Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	
	Objectivos Operacionais	Sensibilização da população em geral
		Sensibilização e educação escolar
		Fiscalização
	Acções	Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação
		Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar
		Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a susceptibilidade à ignição.

4.2.1. AVALIAÇÃO

Neste eixo torna-se prioritário actuar junto da população na consciencialização e alerta para os reais perigos que representam algumas práticas, muitas vezes aliadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

4.2.1.1 Comportamentos de Risco

A sensibilização da população assume um papel fundamental na estratégia de diminuição do número de ignições e de incentivo do sentido de alerta.

Estas acções de sensibilização para o risco de incêndio, tem como objectivo específico envolver as populações na problemática dos incêndios florestais, reduzir o número de ignições, reduzir a área ardida e informar os cidadãos acerca das causas e consequências dos incêndios e legislação vigente.

Por outro lado, em relação às causas dolosas onde exista a intencionalidade de prejudicar o património, por iniquidade, por demência, ou para obter benefícios, só cumprimento da lei e/ou a vigilância, poderão ser persuasivas na sua prevenção - Ver quadro n.º 16.

4.2.1.2 Fiscalização

Para além da sensibilização, a prevenção passa obrigatoriamente por acções de fiscalização nas áreas em risco.

O quadro n.º 17 define o número de autos dos processos de contra-ordenações por freguesia para o ano de 2013, em incumprimento da legislação.

Quadro n.º 16 – Comportamentos de Risco em 2013

CÓDIGO		DIAGNÓSTICO / RESUMO						
Grupo-alvo	Comportamento de risco				Impacto e danos			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?	N.º Ocorrências	Área Ardida	Danos	Custos
População em geral	Realização de queima de sobrantes	Sem respeitarem a legislação	Lagoa Parada	02-09-2013	1	-	-	-
			Ansião	25-09-2013	1			
Comissão de festas	Lançamento de foguetes	Sem respeitarem a legislação	Concelho	-	-	-	-	-
Automobilistas	Fumar	Projeção de cigarros incandescentes	Concelho	-	-	-	-	-
Agricultor/Proprietário florestal	Realização de queima de sobrantes	Sem respeitarem a legislação	Concelho	-	-	-	-	-
Pastor	Realização de queima de sobrantes	Sem respeitarem a legislação	Concelho	-	-	-	-	-
Caçador	Realização de fogueiras	Nas ZCM e ZCA	Concelho	-	-	-	-	-
População escolar	Diminuir a ocorrência de futuros comportamentos de risco	Uso incorrecto do fogo	Concelho	-	-	-	-	-
Apicultor	Realização de fumigação	Sem respeitarem a legislação	Concelho	-	-	-	-	-
Operadores de máquinas	Utilização de maquinaria	Lançamento de faíscas ou faúlhas, devido à ausência de dispositivos de retenção	Concelho	-	-	-	-	-

Quadro n.º 17 - Fiscalização – Processos de contra-ordenação em 2013

		Queima de sobrantes/queimadas sobrantes (nº)	Queima de sobrantes/queimadas sobrantes (%)	Gestão de combustíveis (nº)	Gestão de combustíveis (%)
N.º de autos levantados		2	100	0	0
Situação dos processos	Instruídos	0	0	0	0
	Arquivados	0	0	0	0
	Aguardam decisão	2	100	0	0

4.2.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES

4.2.2.1 Sensibilização

No quadro 18 apresenta-se a calendarização das acções a desenvolver de acordo com a população-alvo e o contexto das actividades por ela desenvolvidas.

Quadro 18 – Sensibilização da população – diagnóstico

Grupo-alvo	Comportamentos de risco			
	Quais?	Como?	Onde?	Quando?
População urbana	Realização de fogueiras	Realização de churrascos fora dos locais previstos para o efeito	Todo o concelho	Todo o ano
Agricultor/Proprietário Florestal	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Todo o concelho	Fora do período crítico
Comissões de festas	Utilização de foguetes	Lançamento de foguetes	Todo o concelho	Julho e Agosto
Automobilistas	Projeção de cigarros	Lançamento de cigarros acessos	Todo o concelho	Primavera e Verão
Turistas	Fumar em espaços rurais e realização de fogueiras	Realização de churrascos fora dos locais previstos para o efeito	Todo o concelho	Primavera e Verão
População escolar	Diminuir a ocorrência de futuros comportamentos de risco	Prevenção dos comportamentos de risco	Todo o concelho	Todo o ano

4.2.2.2 Fiscalização

As acções de fiscalização responsabilidade da Guarda Nacional Republicana, podem ser também desenvolvidas pela Câmara Municipal, os Bombeiros ou mesmo pela população local, que muitas vezes assume uma importante função de denunciar acções e comportamentos de risco e situações irregulares. No concelho de Ansião não estão definidas áreas de actuação específicas, sendo que a GNR faz o patrulhamento de todo o concelho. A maior parte das situações detectadas referem-se à falta de execução

das acções de gestão de combustíveis junto a edificações, realização de queimas de sobrantes sem as necessárias condições de segurança e execução de acções de arborização sem a necessária licença camarária e sem o necessário cumprimento da legislação em vigor.

Tendo por base o cruzamento da informação ilustrada no mapa n.º 13-A dos anexos do caderno 1 relativa aos pontos de início dos incêndios florestais nos últimos 5 anos e o mapa n.º 18 do caderno 2, relativo ao registo dos autos levantados desde 2006 decorrentes de incumprimento da legislação em vigor, elaborou-se um novo mapa com a identificação de zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização – mapa n.º 19 do caderno 2.

Assim, assinalam-se como proposta de dissuasão e fiscalização prioritárias, os lugares de Alvorge, Casal da Arouca, Santiago da Guarda, Graminhal, Mogadouro de Cima, Pessegueiro, Ansião e Avelar.

4.2.2.3 Metas e Indicadores

A actividade florestal assume um papel fundamental no desenvolvimento do país, não só pelo valor económico que encerra, mas também pelo valor social, como componente indispensável à manutenção da qualidade de vida. Os acontecimentos verificados ao longo dos últimos anos obrigam-nos a repensar a floresta e a promover medidas de carácter preventivo que possam evitar o desaparecimento deste património tão valioso.

A importância que a floresta assume nos nossos dias justifica a implantação de programas de sensibilização que despertem as pessoas para a sua significância.

Pretende-se com estas acções colmatar o vazio existente, neste âmbito, a nível municipal e, simultaneamente, mobilizar e envolver os agentes relevantes ligados à floresta bem como a população local. A educação e sensibilização das populações têm grande importância uma vez que apresenta influência no comportamento das populações perante situações de possível risco de incêndio.

A sensibilização ao nível local é efectuada pela Câmara Municipal, Guarda Nacional Republicana, Protecção Civil, Bombeiros Voluntários e Associação de Produtores Florestais de Ansião.

As acções de sensibilização apresentam-se diferenciadas ao longo do ano cumprindo objectivos distintos. Durante a época de Inverno, pretende-se principalmente informar a população da necessidade de efectuar a limpeza de matos e povoamentos e a importância que apresenta a beneficiação das infra-estruturas de defesa da floresta. Esta sensibilização da população é efectuada no decorrer do trabalho de campo, nos jornais locais, bem como através de painéis e placas informativas.

As acções de sensibilização que se pretendem realizar serão centradas no tema floresta e incêndios e na interdependência da sociedade com a mesma. Pretende-se a curto e médio prazo desenvolver projectos de sensibilização que informem e sensibilizem a população local para a importância da gestão florestal sustentada e integrada, centrada na prevenção e protecção contra incêndios. Importa pois aprofundar temas como a gestão pró-activa da floresta e a promoção da defesa da floresta contra incêndios. A prevenção através da gestão de curto prazo planeada, constitui de facto a grande aposta desta campanha. A longo prazo, pretende-se contribuir para criar uma nova atitude e uma nova prática de gestão florestal sustentável. Atendendo ao cariz das acções e aos objectivos que se pretendem atingir, será pertinente que a sua execução seja direccionada a toda a população. Assim sendo, envolverá o público em geral, sendo específica para proprietários florestais, agricultores, crianças e jovens e empresários florestais. As acções de sensibilização não deverão ser impostas, procurando-se que sejam pretendidas pelos próprios intervenientes e serão efectuadas de acordo com o público-alvo.

Desta forma pretendem-se efectuar **sessões de divulgação** em conjunto com os Bombeiros Voluntários de Ansião e Guarda Nacional Republicana, em todas as Juntas de Freguesias para sensibilização directa junto da população.

Prevê-se o desenvolvimento de uma acção de sensibilização específica com os presidentes das Juntas de Freguesia, cujo propósito será informar e sensibilizar a opinião pública para a defesa da floresta contra incêndios bem como para a necessidade de gestão dos espaços florestais. As sessões públicas assentam nos seguintes pressupostos: Alertar para as medidas de segurança na realização de queimadas, informar do perigo de incêndio existente e danos causados, cumprimento da legislação em vigor, comportamento dos cidadãos perante os incêndios e efectuar a divulgação de códigos de boas práticas florestais.

Nestas sessões pretende-se efectuar a distribuição de algum material informativo. Deste modo, prevê-se a elaboração de cartazes e folhetos informativos ligados à temática dos incêndios. Os folhetos serão distribuídos nas Juntas de Freguesia e durante a época de incêndios irá proceder-se à distribuição e afixação de cartazes que advirtam para o perigo dos incêndios florestais.

Relativamente à população jovem do concelho pretendem-se efectuar **acções educativas** nas escolas em parceria com o ICNF e com a Guarda Nacional Republicana, tendo por base conteúdos programáticos e material de divulgação específicos para a população escolar.

A realização destas acções têm como objectivo fomentar e alertar os jovens para a importância que os espaços florestais assumem e qual o seu papel na sociedade relativamente à problemática dos incêndios. Pretende-se que adquiram conhecimentos relativos à importância da floresta e qual a melhor forma de a proteger.

Pretende-se a realização de actividades lúdicas e de natureza pedagógica visando proporcionar novos conhecimentos acerca da protecção da floresta, dar a conhecer às crianças a importância da floresta, o perigo dos incêndios florestais e os cuidados a ter com o uso do fogo. A interacção entre o tema e os intervenientes poderá ser feita através de visitas efectuadas a alguns formações vegetais com elevado valor paisagístico existentes no concelho, bem como a trabalhos efectuados nas escolas para o Dia da Árvore. Estas acções serão realizadas, no 21 de Março, Dia Mundial da Floresta e Dia da Árvore.

No quadro 19 e 20 apresentam-se as metas e indicadores, relativos às acções de sensibilização e acções de fiscalização.

4.2.2.4 Orçamento e responsáveis

No quadro 21, encontra-se uma estimativa de orçamento e os responsáveis pela execução de cada acção. As acções de sensibilização da população e as acções educativas compreendem diversos tipos de investimento, entre os quais material de divulgação, recursos humanos e deslocações. Os valores apresentados foram estimados tendo em conta projectos efectuados neste âmbito de trabalho. Para as acções de fiscalização não será apresentado uma estimativa dos custos pois as despesas efectuadas nas acções de patrulhamento são decorrentes da missão geral destas equipas.

Quadro 19 – Metas e indicadores – Sensibilização da população

GRUPO-ALVO	ACÇÃO	METAS	INDICADORES				
			2014	2015	2016	2017	2018
População geral	Sensibilizar a população para a problemática dos incêndios	Realização de acções de sensibilização e esclarecimento	Acção de sensibilização em duas Juntas de Freguesia		Acção de sensibilização em duas Juntas de Freguesia		Acção de sensibilização em duas Juntas de Freguesia
Agricultor/Proprietário Florestal	Informar para a necessidade de implementar medidas de prevenção de incêndios florestais	Realização de acções de sensibilização e esclarecimento		Acção de sensibilização		Acção de sensibilização	
Comissões de Festas, Automobilistas e Turistas	Informar sobre a necessidade de evitar ignições na interface urbana	Elaboração de folhetos sobre a problemática dos incêndios			Distribuição de folhetos		
População escolar	Sensibilização sobre a problemática dos incêndios	Desenvolver acções de sensibilização	Acção de sensibilização nas escolas		Acção de sensibilização nas escolas		Acção de sensibilização nas escolas
	Fomentar o interesse dos jovens pela floresta	Introdução da temática da floresta nos programas escolares		Dinamizar projectos no âmbito escolar		Dinamizar projectos no âmbito escolar	
	Promover acções didácticas sobre a floresta	Dinamização do Dia da Árvore	Comemoração do Dia da Árvore	Comemoração do Dia da Árvore	Comemoração do Dia da Árvore	Comemoração do Dia da Árvore	Comemoração do Dia da Árvore

Quadro 20 – Metas e indicadores - Fiscalização

ACÇÃO	METAS	RESPONSÁVEIS	UNIDADES	INDICADORES				
				2014	2015	2016	2017	2018
Fiscalização de comportamentos de risco	Detecção de acções proibidas durante o período crítico	GNR	Acções detectadas	10	10	10	10	10
	Detecção de fogueiras e queimas de sobranes fora do período crítico sem cumprir as medidas de segurança	GNR	Acções detectadas	5	5	5	5	5
Verificação do cumprimento das medidas relativas à gestão de combustíveis	Cumprir o programa de acção definido para as faixas de gestão de combustíveis	GNR	% de faixas de gestão de combustíveis em incumprimento	<25%	<25%	<20%	<15%	<10%

Quadro 21 – Orçamento e responsáveis – Sensibilização da população

GRUPO-ALVO	ACÇÃO	RESPONSÁVEIS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL (€)					
			2014	2015	2016	2017	2018	Sub-total
População geral	Sensibilizar a população para a problemática dos incêndios	Câmara Municipal de Ansião, GNR e Associação Florestal	500,00		500,00		500,00	1500
Agricultor/Proprietário Florestal	Informar para a necessidade de implementar medidas de prevenção de incêndios florestais	Câmara Municipal de Ansião, GNR e Associação Florestal		300,00		300,00		600
Comissões de Festas, Automobilistas e Turistas	Informar sobre a necessidade de evitar ignições na interface urbana	Câmara Municipal, GNR	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500
População escolar	Sensibilização sobre a problemática dos incêndios	Câmara Municipal, GNR e Escolas do concelho	200,00		200,00		200,00	600
	Fomentar o interesse dos jovens pela floresta	Câmara Municipal, Escolas do concelho e ICNF		200,00		200,00		400
	Promover acções didácticas sobre a floresta	Câmara Municipal, Escolas do concelho e ICNF	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1000
TOTAL			1000,00	800,00	1000,00	800,00	1000,00	4600,00

4.3. MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

A dicotomia entre a prioridade dada à defesa de vidas e edifícios e a prioridade à defesa da floresta obriga a uma redefinição operacional e requer nova uma abordagem na óptica do planeamento e estratégia do combate. Pretende-se deste modo a organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade do pessoal, dos meios terrestres e aéreos e todos os outros passíveis de se agregarem como reforço e apoio, cujas regras de empenhamento devem ser perfeitamente claras e do conhecimento de toda a estrutura.

No quadro seguinte estão definidos os objectivos e acções a concretizar neste eixo de actuação.

Quadro 22 – Objectivos e acções para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios

Objectivos Estratégicos	Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1.ª Intervenção	
	Adequação da capacidade de 1.ª intervenção	
	Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância após-incêndio	
	Objectivos Operacionais	Estruturação e gestão da vigilância e da detecção como um sistema integrado
		Estruturação do nível municipal 1.ª Intervenção
		Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio
		Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão
	Acções	Executar a inventariação dos meios e recursos existentes
		Definição dos sectores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento, para as acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio
		Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e detecção
		Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão

4.3.1. AVALIAÇÃO

Como forma de otimizar as contribuições dos diversos agentes de Defesa da Floresta Contra Incêndios efectuou-se um levantamento dos meios existentes de forma a integrar as diferentes entidades com responsabilidade nesta vertente, sobretudo em relação às acções a desenvolver. Apresenta-se uma descrição dos meios existentes no concelho em termos de acções de prevenção, vigilância e detecção, primeira intervenção, combate e rescaldo.

▪ PREVENÇÃO

O concelho de Ansião conta, em matéria de prevenção com duas equipas de sapadores florestais (Equipa SF-02-164, Equipa SF-15-164), pertencentes à Associação Florestal do Concelho de Ansião. Estas equipas constituídas por 5 elementos cada, foram criadas em 2001 e 2002, respectivamente e o seu território de incidência abrange toda a área do concelho.

Esta associação conta com mais uma equipa, constituída por 2 elementos que apoiam o trabalho das equipas de sapadores florestais.

Em termos de equipamentos/ ferramentas para trabalhos de prevenção as equipas de sapadores estão providas com o seguinte material: 2 Land Rover Defender 130 Pick-up, 4 motosserras, 6 motorroçadoras, serrotes, machados, forquilhas, ancinhos e todo o material de protecção individual.

A actividade das equipas de sapadores é na sua maioria direccionada para os proprietários florestais privados, efectuam serviço público e desenvolvem também algumas acções a requisito da Câmara Municipal. As acções incidem normalmente na roça de matos, limpeza de povoamentos, beneficiação de caminhos e pontos de água.

De acordo com o relatório de actividades de 2013 estas equipas realizaram:

Detecção e supressão de incêndios – 59 dias

Formação – 4 dias

Sensibilização – 2 dias

Gestão de combustíveis (povoamentos + matos) – 131ha

Manutenção/beneficiação de rede viária florestal: 6000m

Para o ano de 2014 estão previstos 112ha de gestão de combustíveis e povoamentos (serviço público e privado), 57 dias de vigilância, 2 dias em acções de sensibilização e 8 dias de formação.

Além das equipas de sapadores, a Associação Florestal tem dois tractores equipados com limpa-bermas, corta-mato, pulverizador, estilhaçador e efectua a limpeza das bermas num total de 200km por ano, no âmbito de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal.

No âmbito da sensibilização, a GNR, em colaboração com a Associação Florestal de Ansião efectuou uma acção de sensibilização e formação, na freguesia de Santiago da Guarda.

Durante o ano de 2009 concluiu-se o programa AGRIS, que considerou principalmente acções de prevenção, nomeadamente trabalhos de silvicultura preventiva, a melhoria da rede viária, a construção de pontos de água e a sinalização com carácter informativo e de sensibilização.

O projecto na sua totalidade verificou a construção de 13 pontos de água, a beneficiação de 254km de caminhos florestais, 1072ha de silvicultura preventiva e 254 unidades em estruturas de sinalização de defesa da floresta contra incêndios.

Relativamente à cartografia das infra-estruturas construídas e beneficiadas neste projecto, especificamente os pontos de água e a rede viária, importa referir que se encontram caracterizadas no levantamento das infra-estruturas existentes.

4.3.1.1 Vigilância e Detecção

A vigilância e detecção de incêndios são operações fundamentais em qualquer sistema de DFCl, na medida em que possibilitam a rápida detecção de incêndios e o seu combate numa fase inicial. Diminui-se assim a probabilidade de um incêndio assumir maiores proporções, vindo posteriormente a traduzir-se numa diminuição da área ardida e na redução dos meios envolvidos nas operações de combate.

A organização do sistema de vigilância e detecção deve assentar numa eficaz e abrangente rede fontes de vigilância e complementada com a vigilância móvel, assegurando-se assim uma cobertura efectiva do concelho.

No concelho de Ansião não existe nenhum posto de vigia que se insira na rede de postos de vigia. Contudo, existem quatro postos de vigia nos concelhos vizinhos que, devido à área que conseguem cobrir, são utilizados na detecção de incêndios no concelho.

A vigilância para além de uma função de detecção deverá desempenhar uma importante função preventiva.

De seguida serão descritos os meios existentes ao nível do concelho no que diz respeito à vigilância fixa e vigilância móvel.

A **vigilância fixa**, assenta na Rede Nacional de Postos de Vigia, no entanto o concelho é vigiado por quatro postos de vigia que se encontram nos concelhos limítrofes de Pombal, Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra. De seguida é apresentado o quadro 23 com a descrição dos postos de vigia adjacentes ao concelho e no anexo 12 do caderno 2, pode observar-se a carta de localização dos postos de vigia e respectivas bacias de visibilidade.

Quadro 23 – Postos de Vigia

Designação	Indicativo	Concelho	Coordenadas (Gauss Militar)		Altitude (m)
			X	Y	
Alto do Pião	42-03	Figueiró dos Vinhos	187577	326805	545
Ortiga	42-04	Castanheira de Pêra	191085	336289	779
Serra de Alvaiázere	42-07	Alvaiázere	176106	317830	626
Sicó	44-07	Pombal	165192	328086	553

Estes postos de vigia apresentam uma elevada área de visibilidade, sendo que cerca de 15557,33ha da área do concelho é visível, representando cerca de 88% da área total. Apenas 2057,87ha se encontram em zonas de sombra, o que equivale a 12% da área total do concelho, mas compensados pela vigilância das equipas de Sapadores Florestais.

No quadro 24 podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e detecção afectas ao concelho, para os anos de 2010, 2011 e 2013. Verificamos que a fase Charlie é aquela que justifica atenção redobrada, em virtude de registar o maior número de ignições e coincidindo com a época mais seca e quente do ano.

Quadro 24 – Índice entre o número de incêndios e equipas de vigilância e detecção (2011-2013)

			2011		2012		2013	
			N.º equipas	N.º incêndios	N.º equipas	N.º incêndios	N.º equipas	N.º incêndios
Fases de Perigo	Alfa	1 Jan – 14 Mai	0	7	0	18	0	3
	Bravo	15 Mai – 14 Jun	4*	1	4*	0	4*	1
		15 Jun – 30 Jun	6*	2	6*	4	6*	1
	Charlie	1 Jul – 30 Set	6*	12	6*	41	6*	11
	Delta	1 Out – 15 Out	6*	12	6*	1	6*	1
		16 Out – 30 Out	4*	6	4*	1	4*	1
	Echo	1 Nov – 31 Dez	0*	0	0*	0	0*	1
*As equipas de sapadores só efectuem vigilância e detecção quando estão em alerta amarelo, laranja ou vermelho.								

4.3.1.2 1.ª Intervenção

A vigilância móvel surge como complemento da rede de vigilância fixa e deve ter em conta a articulação entre as diversas entidades envolvidas. Cada entidade interveniente assegura a vigilância da sua área de actuação encontrando-se no entanto em permanente ligação com as restantes equipas que se encontram no terreno. A descrição dos recursos em termos de vigilância móvel e 1.ª intervenção é feita simultaneamente, no entanto os meios afectos a cada actividade são diferenciados pelos diferentes sectores existentes no concelho – ver anexo 13 do caderno 2.

De seguida serão descritos os meios existentes no concelho ao nível da vigilância, detecção e 1.ª intervenção.

As duas equipas de sapadores florestais contam com os mesmos recursos humanos descritos na prevenção. Em meios materiais, além dos descritos anteriormente e especificamente para as acções de vigilância e 1.ª intervenção, estas equipas estão fornecidas com rádios, telemóveis, binóculos, bússola e os veículos estão equipados com Kit's de 1.ª intervenção.

Nestes últimos anos as equipas têm efectuado acções de vigilância sempre que as condições meteorológicas o justificam, sendo normalmente efectuadas as acções em coordenação com os bombeiros e a GNR. O horário de trabalho das equipas realiza-se entre as 8 horas e as 17 horas, no entanto nos dias de vigilância armada o horário é reajustado de acordo com as condições verificadas.

Quadro 25 – Equipas de sapadores afectas à vigilância móvel

EQUIPA	VIATURA	CHEFE DE EQUIPA	CONTACTO
SF-02-164	Defender	João Sá	969525659
SF-15-164	Defender	Adriano Gonçalves	918058772

Os bombeiros contam com duas brigadas, compostas por cinco elementos cada, efectuando 2 turnos por dia. Normalmente abrangem a totalidade da área do concelho nestas acções, no entanto não estão afectas a nenhum sector para a acção de vigilância De acordo com as necessidades verificadas durante o período crítico, recebem indicação do CDOS e posteriormente são estabelecidos locais específicos de vigia prioritários.

Através do Decreto-Lei 22/2006 de 2 de Fevereiro procedeu-se à consolidação institucional do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e é criado o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS). O GIPS tem como missão específica a execução de acções de prevenção e de intervenção de

primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves.

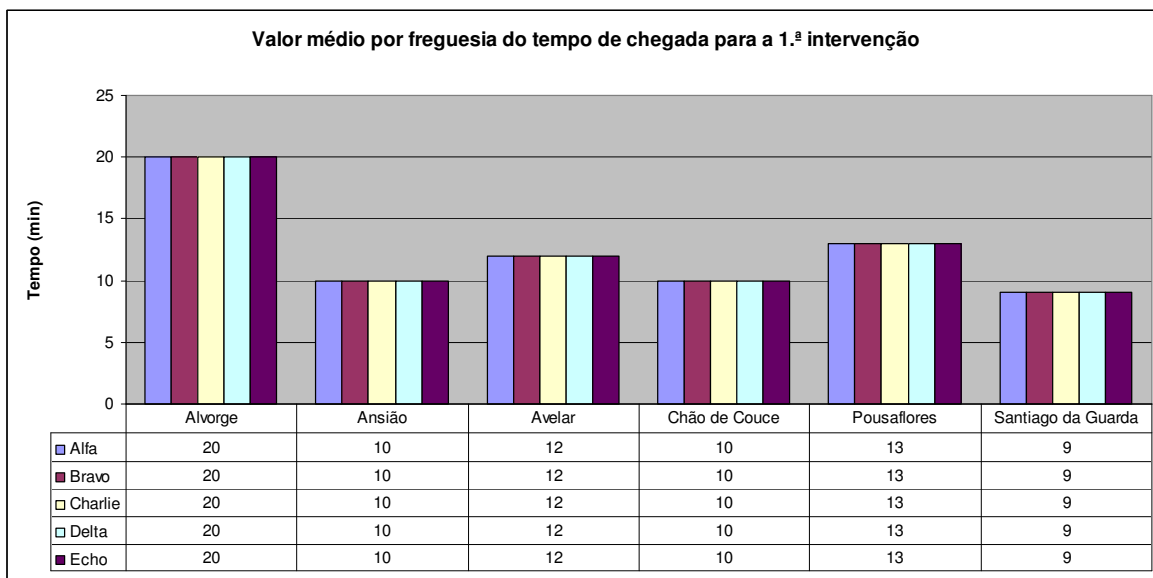
A GNR conta com uma equipa, constituída por 2 elementos, no mínimo, na realização da vigilância. Esta equipa efectua a vigilância móvel todos os dias, sempre que se verifique necessário, não tendo também estabelecido sectores específicos, cumprindo esta actividade conjuntamente com a patrulha efectuada diariamente.

Quadro 26 – Índice entre o número de incêndios e equipas de 1ª intervenção (2011-2013)

			2011		2012		2013	
			N.º equipas	N.º incêndios	N.º equipas	N.º incêndios	N.º equipas	N.º incêndios
Fases de Perigo	Alfa	1 Jan – 14 Mai	0	7	0	18	0	3
	Bravo	15 Mai – 14 Jun	5*	1	5*	0	5*	1
		15 Jun – 30 Jun	5*	2	5*	4	5*	1
	Charlie	1 Jul – 30 Set	5*	12	5*	41	5*	11
	Delta	1 Out – 15 Out	5*	12	5*	1	5*	1
		16 Out – 30 Out	0*	6	0*	1	0*	1
	Echo	1 Nov – 31 Dez	0*	0	0*	0	0*	1
*2 equipas de Sapadores Florestais + 2 equipas BVA + 1 equipa GIPS/SEPNA.								

O gráfico n.º 5 apresenta o valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases e como podemos observar esse valor médio é sempre inferior a 20 minutos.

Gráfico 5 – Valor médio do tempo de chegada da 1.ª intervenção, por freguesia.



4.3.1.3 Rescaldo e vigilância pós-incêndio

No quadro 27 identificam-se os reacendimentos para o período entre 2002 e 2013, sendo um dos objectivos definidos neste plano, a redução do número de reacendimentos dos incêndios florestais.

Quadro n.º 27 – Número de reacendimentos, por ano desde 2002

Ano	N.º de ocorrências	N.º de reacendimentos	% de reacendimentos
2002	25	0	0,0
2003	19	1	5,3
2004	11	0	0,0
2005	26	1	3,8
2006	14	1	7,1
2007	26	0	0,0
2008	17	0	0,0
2009	24	2	8,3
2010	41	7	17,1
2011	39	1	2,6
2012	48	9	18,8
2013	19	1	5,3

Fonte: ICNF

Verifica-se pela análise estatística aos dados apresentados, que nos anos de 2010 e 2012, o número de reacendimentos registou maior valor.

4.3.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 3.º EIXO ESTRATÉGICO

4.3.2.1 Metas e Indicadores

A necessidade de assegurar uma acção concentrada entre as entidades com responsabilidades nas acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, torna necessário a definição das acções a implementar durante a vigência do PMDFCI, procurando otimizar a eficiência do ataque e a gestão dos incêndios. Definem-se assim, metas e indicadores (Quadro n.º 28), de forma a planificar a actividade da CMDF relativamente à melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios e ainda, facilitar o acompanhamento da operacionalização das diferentes acções.

4.3.2.2 Orçamento e Responsáveis

A identificação dos responsáveis pelo cumprimento das metas definidas para optimização das acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, assim como a estimativa de orçamento de execução das mesmas, estão descritos no quadro n.º 29.

Quadro 28 – Metas e indicadores para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios

Acção	Metas	Entidades	Unidades	Indicadores				
				2014	2015	2016	2017	2018
Elaboração do POM	Elaboração do POM de modo a prever a operacionalidade de todos os meios	CMA - Gabinete Técnico Florestal	N.º de Planos	1	1	1	1	1
Manutenção das Equipas de Sapadores Florestais	Melhorar o desempenho das equipas de intervenção	CMA - Associação Florestal de Ansião	N.º de Equipas	2	2	2	2	2
Manutenção das Equipas EIP e ECIN	Melhorar o desempenho das equipas de intervenção	Bombeiros Voluntários de Ansião	N.º de Equipas	3	3	3	3	3
Formar os agentes envolvidos na vigilância, primeira intervenção e combate a incêndios	Realização de simulacro	Serviço Municipal de Protecção Civil	% de Equipas	100	100	100	100	100
Melhorar a 1.ª Intervenção	Garantir a 1.ª intervenção em menos de 10 minutos após o alerta	Bombeiros Voluntários de Ansião/ Associação Florestal de Ansião	% de Intervenções	80	90	100	100	100

Quadro 29 – Estimativa de orçamento para a melhoria da eficácia do ataque e gestão dos incêndios

Acção	Responsáveis	Estimativa Orçamental (€)				
		2014	2015	2016	2017	2018
Elaboração do POM	Câmara Municipal de Ansião	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Manutenção das Equipas de Sapadores Florestais	Associação Florestal de Ansião	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Manutenção das Equipas EIP e ECIN	Bombeiros Voluntários de Ansião	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Combate e rescaldo	Bombeiros Voluntários de Ansião	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Formar os agentes envolvidos na vigilância, primeira intervenção e combate a incêndios	Serviço Municipal de Protecção Civil	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Sub-total		99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00
Total		497.500,00				

4.4. RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS

4.4.1. AVALIAÇÃO

O objectivo estratégico, para este eixo é recuperar e reabilitar os ecossistemas e o objectivo operacional, é avaliar e mitigar os impactos causados pelos incêndios e implementar de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

As acções preconizadas para este eixo passam pela elaboração de um plano específico de acordo com a recuperação de áreas ardidas, tendo em conta as orientações estratégicas do Concelho Nacional de Reflorestação, do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROFPIN) e as recomendações técnicas do INAG as das IES (Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu), para desta forma, se evitar a degradação de recursos e infra-estruturas.

Todos os anos deverá ser realizado um levantamento das áreas ardidas e a sua caracterização, de forma a poder avaliar as espécies existentes e as perdas sofridas.

Prevê-se um tempo de espera de 3 anos, de forma a avaliar a existência de regeneração natural para essas zonas queimadas, procedendo de seguida ao tipo de plano mais adequado a aplicar.

Estes critérios terão em conta o proposto no PROFPIN, segundo o exposto na figura n.º 2.

Após a ocorrência de um fogo, os espaços florestais podem sofrer processos de degradação ecológica, quer devido a perdas locais de biodiversidade, quer devido a fenómenos de erosão. Estes últimos poderão ainda causar impactos significativos nos recursos hídricos, uma vez que poderão diminuir a capacidade de retenção de águas dos solos e reduzir as secções de escoamento (devido a fenómenos de assoreamento), levando a alteração no regime das cheias.

Neste sentido, terminada a época de incêndios, deverão efectuar-se acções de mitigação de danos nas áreas afectadas que mostrem maior vulnerabilidade a processos de erosão e degradação ecológica.

De forma a tornar o processo de recuperação mais eficiente, as zonas de maior risco deverão ser identificadas previamente, assim como as intervenções a efectuar em caso de incêndio.

Figura n.º 2 - Critérios de intervenção na recuperação de áreas ardidas

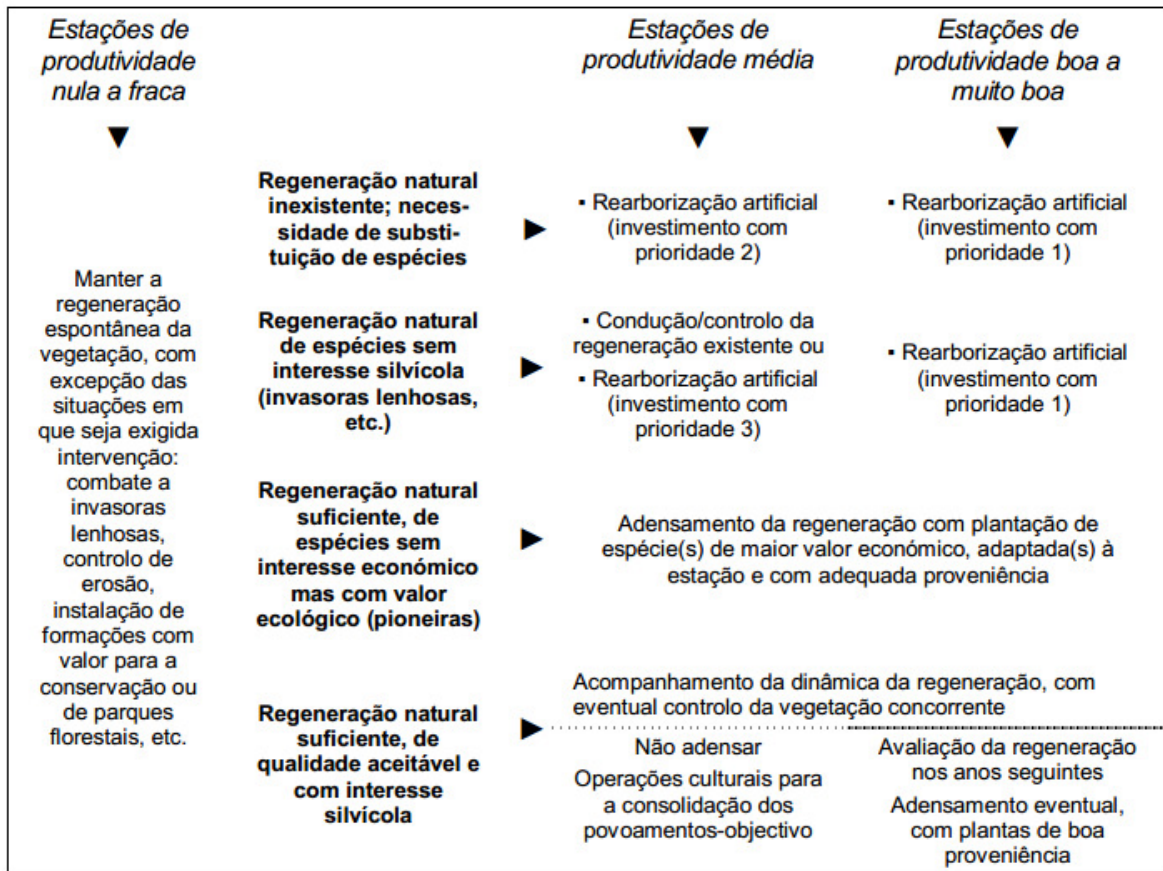


Figura 2: Critérios para as intervenções na recuperação de áreas ardidas / Fonte: PROFPIN.

Os critérios utilizados no estabelecimento das necessidades de intervenção deverão ter por base a previsão de resposta dos ecossistemas ardidos, sendo prioritário a intervenção nos espaços que apresentem uma escassa regeneração espontânea e que tendam, por isso, para uma degradação irreversível ou muito lenta. As acções devem ser estruturadas de acordo com os objectivos pretendidos para as áreas afectadas sendo estas, de acordo com o PROFPIN, as seguintes:

- Conservação do solo e da água;
- Manutenção da resiliência dos espaços florestais;
- Manutenção da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

O objectivo de conservação do solo e da água desenvolvem-se numa primeira fase de intervenção, que se pode designar de estabilização de emergência, que ocorre logo após a época crítica de incêndios e que tem por finalidade evitar a erosão do solo e a degradação da qualidade das águas subterrâneas durante a época chuvosa (Outono e Inverno). Para além da implementação de operações que visem o controlo da erosão e incorporação de grandes quantidades de nitratos e fósforo nos aquíferos, a fase de estabilização de

emergência serve ainda para proteger infra-estruturas que se encontrem ameaçadas, assim como habitats sensíveis.

Numa segunda fase procede-se ao fomento de condições que levem a um aumento da resiliência dos espaços florestais. Esta fase prolonga-se por volta de dois anos procedendo-se, entre outras acções, à avaliação da resposta do meio aos danos sofridos, à recolha de salvados e, caso se prove necessário, ao controlo fitossanitário, a acções de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis.

4.4.1.1 Estabilização de emergência

Nas intervenções de emergência há sobretudo que estabelecer prioridades e tipos de intervenção em função dos impactos do fogo.

Pelo facto da estrutura fundiária do concelho assentar no minifúndio particular, pela falta de iniciativa e conhecimentos dos proprietários, pela falta de programas de incentivos, entre outros factores, não se realizaram acções de estabilização de emergência após o maior incêndio de 2012.

No entanto, ainda não terminou o período de 3 anos de espera pós-incêndio, para avaliação da capacidade de regeneração da área ardida. Caso se verifique uma boa resposta do solo na sua capacidade de regeneração da vegetação, não serão necessárias intervenções de emergência a curto ou médio prazo, e desta forma, não é produtivo elaborar um mapa de intervenção para essas áreas.

Pelo descrito na avaliação efectuada, actualmente não é possível planear acções de estabilização de emergência, contudo e dado plano vigorar por 5 anos devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período pode ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo e conservação da rede viária florestal e infra-estruturas hidráulicas, responsáveis e participantes.

No entanto elaborou-se um mapa com a representação de áreas com eventual necessidade de estabilização de emergência, caso venham a ser afectadas por incêndios florestais – Mapa n.º 20 do caderno 2.

4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais

Após cumprida a estabilização de emergência, tem lugar normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo, a fase de implementação dos projectos definitivos de recuperação ou reflorestação de acordo com os objectivos que se pretendem atingir (florestas de produção, protecção e/ou enquadramento paisagístico). Será nesta fase que serão promovidos as acções conducentes ao cumprimento dos objectivos de manutenção da resiliência dos espaços florestais da integridade dos ecossistemas e da qualidade da paisagem.

As medidas propostas para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais passam por remover a madeira morta das áreas e promover a reflorestação de modo a fixar os solos e a voltar a criar biodiversidade paisagística e valor económico.

Não serão definidas neste plano, acções reabilitação de povoamentos e habitats florestais em áreas concretas contudo, se na sua vigência for necessária a intervenção, serão então definidos os meios e identificados os responsáveis e participantes.

Ainda assim, elaborou-se um mapa com a rerepresentação das áreas com potencial necessidade de reabilitação de povoamentos e habitats florestais sem capacidade aparente de recuperação, caso venham a ser atingidas por incêndios – Mapa n.º 21 do caderno 2.

4.5. ADOPTAR UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

O objectivo estratégico, deste eixo, é operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).

A concretização dos eixos estratégicos caracterizados anteriormente não será possível se não for assegurada a integração dos esforços das diversas entidades envolvidas. Esta integração requer uma estrutura que assegure a capacidade de desenvolvimento das actividades de que cada entidade é responsável e portanto será necessário assegurar que cada instituição adopte um mecanismo interno que facilite a execução das acções a desenvolver, bem como a sua interligação com os restantes agentes com responsabilidades na defesa da floresta contra incêndios, de modo a que o sistema funcione eficazmente. Nesta óptica considera-se que o nível municipal de estruturação deverá ser o alicerce de toda a política de prevenção e protecção e socorro.

No quadro seguinte estão definidos os objectivos e acções a concretizar neste eixo de actuação.

Quadro 30 – Objectivos e acções para a adopção de uma estrutura orgânica e funcional

Objectivos Estratégicos	Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
Objectivos Operacionais	Fomentar as operações de SDFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico
Acções	Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicando as suas competências na implementação das diferentes acções
	Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI
	Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM
	Programar a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos
	Elaborar cronograma de reuniões de CMDF
	Estabelecer a data de aprovação do POM, até 15 de Abril
	Explicitar o período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento

4.5.1. COMPETÊNCIAS DAS ENTIDADES DO SDFCI

A coordenação entre os vários intervenientes na execução deste plano é da responsabilidade da CMDFCI que é composta por:

- Presidente da Câmara Municipal de Ansião
- Representante do ICNF, IP
- Associação Humanitários dos Bombeiros Voluntários de Ansião
- Associação de Produtores Florestais do Concelho de Ansião
- Guarda Nacional Republicana
- REN – Rede Eléctrica Nacional
- EDP Distribuição – Energia, S. A.
- Juntas de Freguesia (representante)
- EP – Estradas de Portugal, S.A. / ASCENDI

A constituição da CMDF assegura a articulação das entidades com responsabilidades na gestão do território, vigilância e combate a incêndios e nas acções a desenvolver no âmbito do PMDFCI. Assegura uma acção concertada ao nível do município e integra diferentes competências, experiências e conhecimentos.

À CMDF caberá estabelecer um circuito de comunicação entre as diferentes entidades que a compõem, de forma a tornar eficiente a partilha de informação e otimizar as várias operações a realizar.

A garantia de que as forças responsáveis pelas acções de 1.^a intervenção, combate e rescaldo desenvolverão eficientemente a sua actividade e passará pela colaboração anual, do plano operacional municipal (POM) que permitirá otimizar a distribuição dos meios materiais e humanos pelas diferentes actividades de defesa, assim como apoiar a coordenação das diferentes entidades envolvidas. Em caso de emergência, caberá à CMDF prestar todo o apoio necessário à Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) que terá por função garantir a coordenação das operações de combate, socorro e assistência às populações e grupos operacionais (definidos no Plano Municipal de Emergência), bem como estabelecer a ligação com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS).

O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) é aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI). A coordenação e gestão do PMDFCI competem ao Presidente de Câmara Municipal.

4.5.1.1 Formação

O objectivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, no quadro n.º 31 identificam-se as necessidades de formação e do n.º de elementos de cada entidade.

Quadro 31 – Formação por entidades

Tipo de formação	Entidade	Elementos
Coordenação	Câmara Municipal	1
Divulgar medidas de sensibilização	CMDFCI	9
Vigilância, detecção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	1
	Juntas de Freguesia	6
	Sapadores Florestais	10
	Bombeiros	10
Combate	Bombeiros	66
Rescaldo e vigilância após incêndio	Juntas de Freguesia	6
	Sapadores Florestais	10
	Bombeiros	10

4.5.2. PLANEAMENTO DAS ACÇÕES

4.5.2.1 Entidades responsáveis pelas acções

No quadro n.º 32 identificam-se as entidades intervenientes no SDFCI do PMDFCI e as respectivas competências na implementação das diferentes acções por eixos estratégicos.

Quadro n.º 32 – Entidades responsáveis pelas acções previstas nos eixos do PMDFCI

Eixos	Entidades										
	Proprietários florestais	EDP	REN	GNR	Ascendi	Município	ICNF	APF	BV	JF	PJ
1.º eixo estratégico	X	X	X	X	X	X					
2.º eixo estratégico						X	X				
3.º eixo estratégico				X		X	X	X	X	X	X
4.º eixo estratégico	X					X	X	X			
5.º eixo estratégico				X		X	X	X	X	X	X

4.5.2.2 Formação

O quadro n.º 33 estabelece o programa de formação para as diversas entidades e a estimativa orçamental para o período de vigência do PMDFCI (2014-2018).

Quadro n.º 33 – Programa de formação e estimativa orçamental

Tipo de formação	Entidade	Elementos	Orçamento (€)				
			2014	2015	2016	2017	2018
Coordenação	Câmara Municipal	1	250	250	250	250	250
Sensibilização	CMDFCI	9	500	500	500	500	500
Vigilância e detecção e 1.ª intervenção	Câmara Municipal	1	300	300	300	300	300
	Juntas de Freguesia	6	1200	1200	1200	1200	1200
	Sapadores Florestais	10	1500	1500	1500	1500	1500
	Bombeiros	10	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros	66	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo e vigilância após incêndio	Juntas de Freguesia	6	*	*	*	*	*
	Sapadores Florestais	10	*	*	*	*	*
	Bombeiros	10	*	*	*	*	*
Sub-total			3750	3750	3750	3750	3750
Total			18750				

* Valor incluído na Vigilância e detecção e 1.ª intervenção

4.5.2.3 Reuniões da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

Apresenta-se de seguida, a previsão do cronograma de reuniões a desenvolver no âmbito das competências da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, sendo que, sempre que se justifique, a CMDFCI poderá reunir noutras datas.

Quadro n.º 34 – Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

1 a 15 de Abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique.
1 a 15 de Junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas acções a realizar.
Novembro	Avaliação do período crítico.

4.5.2.4 Aprovação do Plano Operacional Municipal e período de vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios terá um prazo de vigência de cinco anos (2014-2018). Tratando-se de um documento com carácter dinâmico, será revisto sempre que necessário na 1.ª quinzena de Abril, quando a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios procede à aprovação do plano operacional municipal (POM). Caso exista um motivo que o justifique, o PMDFCI poderá ser revisto e alterado em qualquer outra data.

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

Quadro n.º 35 – Estimativa orçamenta para a execução do plano

Eixos estratégicos	Orçamento (€)					Total Eixo
	2014	2015	2016	2017	2018	
1.º Eixo estratégico	91.737,50	98.850,00	85.550,00	51.212,50	107.750,00	435.100,00
2.º Eixo estratégico	1.000,00	800,00	1.000,00	800,00	1.000,00	4.600,00
3.º Eixo estratégico	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00	497.500,00
4.º Eixo estratégico	0	0	0	0	0	0
5.º Eixo estratégico	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	18.750,00
Total/ano	195.987,50	202.900,00	189.800,00	155.262,50	212.000,00	
Total do PMDFCI						955.950,00